

Sumário

Número de notícias: 39 | Número de veículos: 36

DIÁRIO DO COMÉRCIO ONLINE - MG
ANFIP

Arrecadação federal registra aumento real de 46,77% em junho..... 4

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Leão recolhe R\$ 137 bi..... 6

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Arrecadação federal cresce 22% no primeiro semestre e atinge recorde em 22 anos..... 7

JOTA INFO - DIREITO TRIBUTÁRIO
ANFIP

Ecotaxes e reforma tributária verde: rumo a uma matriz ecossustentável no Brasil..... 9

PORTOGENTE - SP - OPINIÃO
ANFIP

Sistema tributário deve promover igualdade e desenvolvimento..... 12

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Novo Ministério do Trabalho reduz superpoderes de Guedes..... 13

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Bolsonaro diz que vai desbloquear verba do governo..... 15

JORNAL DA CIDADE - ARACAJU - SE - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Economia brasileira cresce em meio à crise (3)..... 17

O LIBERAL - BELÉM - PA - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Em coletiva, Guedes desautoriza Tostes Neto..... 18

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

O "superministro" que só encolhe..... 19

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Novas regras para novas relações de trabalho (2)..... 20

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS
SEGURIDADE SOCIAL

STJ: auxílio-acidente pode ter valor maior..... 22

O DIA - TERESINA - PI - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Ciro Nogueira confirma que assumirá Ministério da Casa Civil do governo Bolsonaro
..... 23

O POPULAR - GO - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Servidor Público Pode Evitar Processo Administrativo Disciplinar..... 24

A TARDE - SALVADOR - BA - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

TCU vai investigar governo federal por compra de vacinas.....	25
CORREIO DE SERGIPE - ARACAJU - SE - CORREIO URBANO SERVIDOR PÚBLICO	
Programa de Educação Previdenciária é lançado.....	27
DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO SERVIDOR PÚBLICO	
Cavando mais fundo.....	28
FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - OPINIÃO SERVIDOR PÚBLICO	
Pontos sensíveis na nova Reforma Administrativa (5): regime jurídico dos servidores públicos (2)	29
JORNAL DA CIDADE - ARACAJU - SE - POLÍTICA NACIONAL CONGRESSO EM FOCO	
CPI lista políticos que espalharam fake news.....	30
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Relator ouve queixas sobre reforma do IR.....	31
O GLOBO - RJ - PAÍS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Guedes perde poder, mas tenta manter influência.....	32
DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Guedes reafirma objetivo de taxar dividendos.....	34
JORNAL DA CIDADE - ARACAJU - SE - OPINIÃO REFORMA TRIBUTÁRIA	
A reforma tributária e justiça social (Parte I) (2).....	35
O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Relator da reforma do IR avalia ampliar isenções para cobranças sobre dividendos.....	36
R7 - R7 PLANALTO REFORMA TRIBUTÁRIA	
Reforma tributária tem medidas contrárias ao trabalhador.....	37
PORTAL UOL - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Reforma tributária tem bandeira da esquerda, mas é criticada por PT e PSOL.....	39
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
O momento de Guedes sair já passou.....	40
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Arrecadação milagrosa - ADRIANA FERNANDES.....	41
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Crescimento das fintechs gera debate sobre regulação.....	43
DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Precisamos combater a corrupção.....	46

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Compliance tributário 48

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

Chame o Centrão - NAS ENTRELINHAS 49

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

Bolsonaro sancionaria fundo de R\$ 3 bilhões 50

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Desemprego deve continuar alto apesar de retomada da atividade, dizem economistas
..... 51

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Riscos e incertezas nos próximos meses - CELSO MING 53

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
ECONOMIA

Golpistas usam Plano Collor em nova fraude 55

GAZETA DE ALAGOAS - AL - POLÍTICA
ECONOMIA

Segundo FPM de julho será de r\$ 905 milhões 56

JORNAL DO DIA - ARACAJU - SE - OPINIÃO
ECONOMIA

O menor dos males (3) 57

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
POLÍTICA

Mãe de Ciro assumirá vaga 58

Arrecadação federal registra aumento real de 46,77% em junho

Diário do Comércio
Diário do Comércio

Brasília - A União arrecadou R\$ 137,169 bilhões no mês passado, de acordo com dados divulgados ontem pela **Receita Federal**. Na comparação com junho do ano passado, houve um crescimento de 46,77% descontada a **inflação**, em valores corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

O valor é o segundo maior para os meses de junho desde o início da série histórica da **Receita Federal**, em 1995, em valores corrigidos pela **inflação**. Apenas em junho de 2011 a arrecadação foi maior, de R\$ 143,793 bilhões.

Nos seis primeiros meses de 2021, a arrecadação federal soma R\$ 881,996 bilhões, com alta de 24,49% acima da **inflação** pelo IPCA, recorde para o período.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, comentou os resultados e disse que as altas expressivas na arrecadação mostram o forte impulso da economia. "Todos os sinais que estão vindo da Receita, exportações, importações, ritmo de pagamento de **impostos** em todas as variedades, todos dão sintomas clássicos de uma vigorosa retomada de crescimento econômico", disse.

Guedes destacou que, dos 86 setores, apenas seis ainda estão com arrecadação abaixo do período pré-pandemia. "São eventos, agências de viagem, bares e restaurantes, por exemplo, porque ainda existem vetores importantes de distanciamento social, cuidados, muitas prefeituras e estados em regime de exceção à mobilidade", explicou.

De acordo com a Receita, o resultado da arrecadação federal pode ser explicado, principalmente, pelos fatores não recorrentes (que não se repetirá em outros anos), como recolhimentos extraordinários de aproximadamente R\$ 20 bilhões em Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e em Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), de janeiro a junho de 2021.

No mesmo período do ano passado, os recolhimentos extraordinários foram de R\$ 2,8 bilhões. No mês, o crescimento foi de 76,88% acima da **inflação**, com

pagamento atípico de R\$ 4 bilhões por empresas de diversos setores econômicos.

Nos últimos meses, esses recolhimentos fora de época têm impulsionado a arrecadação, por causa de empresas que registraram lucros maiores que o previsto e tiveram de pagar a diferença.

Os valores contrabalançaram a elevação de R\$ 6,675 bilhões (em valores corrigidos pelo IPCA) nas compensações tributárias entre junho de 2020 e de 2021. O aumento foi de 89% em junho deste ano em relação a junho de 2020 e cresceram 51% no período acumulado.

Por meio da compensação tributária, uma empresa que previu lucros maiores do que o realizado e pagou IRPJ e CSLL por estimativa em um exercício pode pedir abatimento nas parcelas seguintes, caso tenha prejuízo ou lucro menor que o esperado. Por causa da pandemia da Covid-19, que impactou o resultado das empresas, o volume de compensações aumentou de R\$ 7,471 bilhões, em junho de 2020, para R\$ 14,146 bilhões, em junho de 2021.

PIS/Cofins - Além do IRPJ e CSLL, os destaques do mês foram as altas registradas na arrecadação do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins), 116,25% em valores reais - corrigidos pela **inflação**. Além da alta de 26,20% no volume de vendas e de 23% no volume de serviços, a receita desses **tributos** subiu porque o recolhimento de PIS/Cofins foi postergado três meses no ano passado por causa da pandemia.

A arrecadação da **Previdência Social** aumentou 49,28% acima da **inflação** por causa do adiamento do recolhimento das contribuições patronais e do Simples Nacional.

Também houve crescimento da arrecadação dos **tributos** de comércio exterior, em razão, principalmente, do crescimento da taxa de câmbio e do valor em dólar das importações, que teve elevação de 73,81% em entre maio de 2020 a maio de 2021.

O Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) teve aumento de 60,97% em relação a junho de 2020, especialmente nos setores de metalurgia, comércio

atacadista e fabricação de produtos de borracha e material plástico. O resultado é explicado, principalmente, pelo crescimento de 25,79% na produção industrial. (ABr) Projeto prevê criação de imposto sobre fortunas

Brasília - Tramita no Senado projeto de lei que prevê a criação de um imposto sobre grandes fortunas com o objetivo de arrecadar recursos para o combate à pandemia da Covid-19. Trata-se do PLP 101/2021, de autoria do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP). De acordo com a proposta, seriam tributados os patrimônios acima de R\$ 4,67 milhões.

Metade dos recursos arrecadados seria destinada ao financiamento de ações e serviços de saúde (prioritariamente nas ações de combate à pandemia), enquanto a outra metade seria destinada ao financiamento da complementação do auxílio emergencial destinado às famílias mais vulneráveis. A alíquota do novo imposto ficaria entre 0,5% e 5%, conforme o patrimônio do contribuinte.

Na justificativa do projeto, Randolfe destaca estimativas que comprovam o agravamento da desigualdade social no País durante a pandemia: o Brasil teria iniciado o ano de 2021 com 7,9 milhões de brasileiros vivendo na extrema pobreza (2,8 milhões a mais do que antes da pandemia), enquanto o número de brasileiros bilionários teria crescido de 45 para 65 entre 2020 e 2021.

De acordo com o senador, uma vez aprovado, o tributo alcançaria aproximadamente 200 mil contribuintes (o que, ressalta ele, representa 0,1% da população brasileira). Ele ressaltou que esse grupo tem renda média mensal é superior a 80 salários mínimos.

Randolfe destaca que, com base em estudo da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** Federal do Brasil (Unafisco Nacional), "projeta-se uma arrecadação da contribuição ora proposta de R\$ 53,4 bilhões; se considerarmos a sonegação fiscal, na ordem de 27%, esse valor ficaria em torno de R\$ 38,9 bilhões".

"Mostra-se, portanto, razoável que aqueles contribuintes com maior capacidade contributiva, que, em sua maioria, tiveram aumento patrimonial enquanto a grande massa da população vem sofrendo com os efeitos perversos da crise sanitária e econômica, contribuam com o país neste momento de forte recessão", argumenta Randolfe.

O senador afirma que "o aumento na tributação sobre a camada mais rica da população não acarreta fuga de capitais". Ele argumentou que o artigo "The economic consequences of major tax cuts for the rich " ,

publicado pela London School of Economics and Political Science, derruba o "mito de que a redução na tributação para os mais ricos acarreta efeitos positivos para toda a economia". (As informações são da Agência Senado)

COMPARTILHE

NEWSLETTER

Fique por dentro de tudo que acontece no cenário econômico do Estado

Site:

<https://diariodocomercio.com.br/legislacao/arrecadacao-cresce-4677/>

Leão recolhe R\$ 137 bi

VERA BATISTA

A arrecadação total das receitas federais, em junho de 2021, foi de R\$ 137,169 bilhões, descontada a **inflação** oficial medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O resultado registra uma alta real de 46,77% em relação a junho de 2020, de acordo com dados divulgados pela **Receita Federal**. No acumulado de janeiro a junho de 2021, a arrecadação alcançou o valor de R\$ 881,996 bilhões, com avanço real de 24,49%. Esse é o melhor desempenho para o período da série histórica iniciada em 2007.

Os resultados vêm registrando recordes consecutivos, desde fevereiro de 2021. Nas receitas administradas pelo Fisco, o valor arrecadado, em junho de 2021, foi de R\$ 133,008 bilhões, representando um acréscimo real de 45,68%. No período acumulado de janeiro a junho de 2021, a arrecadação alcançou R\$ 844,935 bilhões, com acréscimo real de 24,63%.

Os números positivos podem ser explicados, principalmente, pelos chamados fatores não recorrentes, como recolhimentos extraordinários de, aproximadamente, R\$ 20 bilhões do IRPJ/CSLL de janeiro a junho de 2021, e pelos recolhimentos extraordinários de R\$ 2,8 bilhões no mesmo período do ano anterior. "Além disso, as compensações aumentaram 89% em junho de 2021 em relação a junho de 2020 e cresceram 51% no período acumulado", informou a **Receita Federal**.

Inflação alta

O avanço na arrecadação, no entanto, não dá ao governo licença para gastar, na análise do Flavio Serrano, economista-chefe da Greenbay Investimentos. "O aumento na arrecadação, realmente, aponta que houve crescimento na atividade. Mas a **inflação** permanece alta, o que bate forte principalmente nos mais pobres. E com isso, a dívida pública também aumenta - passou de 70% para 90% do **PIB**, nos últimos meses. Qualquer exagero pode dar problemas no futuro", lembrou.

Embora esteja claro que haverá uma folga, devido ao aumento da **inflação**, no teto dos gastos, o que permite a entrada de mais dinheiro nos cofres do Tesouro, qualquer projeto que exija ampliação de despesas precisa ser bem calculado, reforça Zeina Latif, economista e consultora. "Não podemos ignorar que ainda estamos em uma pandemia e que muito do

dinheiro veio de recolhimentos extraordinários. É preciso que as despesas sejam calibradas, ou se tornará contraproducente, com reflexos negativos lá na frente", alertou Zeina.

Arrecadação federal cresce 22% no primeiro semestre e atinge recorde em 22 anos

Fábio Pupo

A arrecadação federal chegou a R\$ 896,8 bilhões no primeiro semestre de 2021, o melhor resultado para o período na série histórica (iniciada em 1995, mas padronizada em 2000).

O dado foi apresentado nesta quarta-feira (21) pela **Receita Federal** e representa um crescimento real de 24% sobre o mesmo período do ano passado. Na comparação com o mesmo intervalo de 2019 (antes da pandemia), o avanço é de 6,1%.

A Receita afirma que contribuíram para o resultado fatores como o desempenho de indicadores da economia (como a produção industrial), o maior recolhimento de empresas e a maior atividade no comércio exterior com a desvalorização do real frente ao dólar.

No semestre, praticamente todos os itens mostraram crescimento. Os principais em termos absolutos foram **tributos** aplicados a empresas, como PIS, Cofins, IRPJ e CSLL (com avanço real somado superior a 30% contra um ano antes, para R\$ 362 bilhões).

Também houve avanço significativo na receita previdenciária, ligada ao mercado de trabalho -crescimento de 18%, para R\$ 219 bilhões.

Em junho, o resultado da arrecadação foi de R\$ 137,1 bilhões -segundo melhor resultado para o mês (avanço real de 47% contra um ano antes e de 3,7% contra igual período de 2019). Nesse caso, o resultado foi explicado principalmente por fatores não recorrentes (como recolhimentos extraordinários de aproximadamente R\$ 20 bilhões de tributação sobre lucro e faturamento de empresas).

A arrecadação tem vindo acima do esperado inicialmente pelo governo para 2021. A diferença entre a última projeção divulgada para o ano e o calculado no Orçamento é de R\$ 157 bilhões.

O Ministério da Economia vai divulgar uma projeção atualizada para a arrecadação até quinta-feira (22) por meio do relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas. O ministro Paulo Guedes (Economia) diz que devem entrar nos cofres R\$ 200 bilhões a mais do que no ano passado (ano de chegada da pandemia).

"O Brasil está em uma vigorosa retomada do crescimento econômico", afirmou Guedes nesta quarta ao participar do início da apresentação sobre os números (sem responder perguntas).

Guedes passou a usar o avanço nas receitas como justificativa para cortar **tributos** de empresas a partir do ano que vem. As mudanças estão previstas no substitutivo preliminar da reforma no Imposto de Renda elaborado por ele e pelo relator, o deputado Celso Sabino (PSDB-PA), que retira aproximadamente R\$ 30 bilhões da arrecadação anualmente.

"Entre o excesso de conservadorismo de um lado e o nosso compromisso com o empresário e com o trabalhador, vamos arriscar para o outro lado [cortar **impostos**]", afirmou Guedes nesta quarta. Segundo ele, mesmo que o país pare de crescer a arrecadação vai se sustentar.

Analistas questionam a tese e ressaltam que a melhora tem ligação com fatores não-recorrentes e não assegurados para anos futuros, como a própria melhora na economia, o preço das commodities e até o padrão de consumo na pandemia -mais voltado a bens (em geral, com taxaço mais elevada do que serviços). Por isso, a reforma usa números não-assegurados como base para uma medida permanente.

Guedes pediu "moderação" da Receita na **reforma tributária** e desautorizou o secretário especial do órgão, José Barroso Tostes Neto, que sinalizou recentemente mudanças no Simples e no MEI (regimes simplificados para micro pequenos empresários contrariando o que disse recentemente). "Ninguém vai mexer no Simples, ninguém vai mexer no MEI", disse Guedes.

O ministro afirma que a tributação sobre empresas, na faixa de 34% a 39%, deve ser de no máximo 20%. E defende que a tributação sobre os dividendos vai alcançar os super-ricos, isentando R\$ 20 mil mensais pagos por micro e pequenas empresas.

"Descobrimos os privilégios do sistema tributário brasileiro. Ele é desenhado para o privilégio", disse. "Ou fazemos as coisas certas ou preferimos não fazer", afirmou.

No substitutivo, porém, Guedes e o relator flexibilizaram regras de taxaço sobre diferentes instrumentos usados pelos mais ricos -como dividendos distribuídos entre empresas de grupos familiares, diversos tipos de fundos fechados e recursos de brasileiros em paraísos fiscais.

A melhora nas receitas também levou o governo a decidir pela liberação de aproximadamente R\$ 4,5 bilhões que estavam bloqueados, de acordo com o Ministério da Economia. O anúncio foi feito mais cedo pelo presidente Jair Bolsonaro, sem mencionar números, que ainda afirmou estar "preocupado positivamente".

"Como a arrecadação tem aumentando assustadoramente estou até preocupado positivamente, óbvio né, a arrecadação subiu assustadoramente, nós resolvemos descontingenciar todos os recursos previstos no orçamento dos ministérios, todos", afirmou.

Relator estuda ampliar isenção de IR sobre dividendos

Douglas Gavras

O relator da proposta de reforma do Imposto de Renda, deputado Celso Sabino (PSDB-PA), afirmou nesta quarta (21) que a faixa de isenção de até R\$ 20 mil para tributação de dividendos deve ser mantida, mas pode ser ampliada no caso de empresas pertencentes a um mesmo grupo, coligadas ou micro e pequenos negócios de uma mesma família.

"A gente já vinha incluindo a não tributação de lucros e dividendos distribuídos entre grupos econômicos, agora abordamos essa questão entre controladas e controladoras", disse o deputado.

A fala ocorreu após encontro com representantes da indústria, do comércio e do setor de serviços na sede da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo).

"Recebemos uma importante sugestão também para os lucros e dividendos das micro e pequenas empresas distribuídos para pessoas da mesma família, que iremos levar para os consultores legislativos, o governo e os deputados", completou.

No caso das empresas coligadas, ele disse que a possibilidade também seria prevista até determinado percentual de cotas de participação nas empresas.

Questionado se uma tributação progressiva de dividendos poderia ser adotada, Sabino rechaçou a ideia.

O parecer preliminar da segunda fase da **reforma tributária**, apresentado no último dia 13, teve um corte maior no Imposto de Renda das empresas (IRPJ) para facilitar a aprovação da taxaço de dividendos --a parcela dos lucros que uma empresa distribui aos seus acionistas.

O relatório prevê a redução da alíquota geral do IRPJ dos atuais 15% para 5% em 2022, e para 2,5% a partir de 2023. Na proposta original, a alíquota cairia para 12,5% em 2022, e 10%, a partir de 2023.

O texto do governo foi recebido com forte descontentamento pelos empresários e o pelo setor financeiro, que avaliaram que as mudanças iriam prejudicar as empresas.

De acordo com Sabino, as mudanças foram necessárias para evitar um aumento de carga tributária que pudesse prejudicar o setor produtivo. Essa era uma das principais críticas dos empresários e de líderes de partidos da Câmara dos Deputados

"Aprimoramos o texto desde que chegou do governo. Pretendemos reduzir a alíquota de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica de 15% para 2,5%, fazendo com que mais de R\$ 98 bilhões fiquem, por ano, já a partir do ano de 2023 disponíveis para os empreendedores."

Na visão dele, a proposta agora vai beneficiar o capital produtivo e promover uma desoneração efetiva e líquida da carga tributária de R\$ 30 bilhões. As perdas com arrecadação devem ser compensadas com um aquecimento da atividade econômica.

Segundo o parlamentar, a mudança preliminar no texto do governo também foi relevante, pois o corte de imposto para as empresas vai poder ser multiplicado nas mãos dos empreendedores.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49596>

Ecotaxes e reforma tributária verde: rumo a uma matriz ecossustentável no Brasil

Anna Priscylla Lima Prado

O desmatamento. As queimadas. O efeito estufa. A poluição do ar. A poluição das águas. A degradação e contaminação do solo. A Erosão. Perda da biodiversidade. São algumas das principais problemáticas que assolam o planeta, as quais estão totalmente presentes na nossa realidade.

A cada dia que passa se torna excessivamente comum observar nos conteúdos midiáticos questões que envolvem catástrofes ambientais, bem como a própria desídia e deficiência administrativa do poder público no estabelecimento de políticas públicas mais efetivas e bem formuladas.

Apesar do Constituinte de 1988, no art. 225, assegurar a todos um "meio ambiente ecologicamente equilibrado" e trazer para ao poder público a incumbência de salvaguardar esse direito, é notório que essa temática ainda é bastante embrionária no Brasil.

Erramos. Hoje essa forma de pensar é obsoleta, mas tal questão ainda é um desafio global. Aliás, nota-se que o paradigma do hiperconsumo e produção versus o equilíbrio ambiental é questão latente.

No entanto, como todos os pensamentos oriundos de um processo histórico-cultural dominante, esse olhar utilitarista, estritamente econômico e antropocêntrico dos recursos naturais (esculpido a partir de um arquétipo capitalista marcante) traz fortes raízes até os dias atuais. Raízes essas que estão cravadas na gestão ambiental nacional, seja no âmbito legislativo, seja no executivo.

Esses elementos, os quais traduzem características do século atual, são derivados exatamente do que a teoria econômica afirma sobre as "externalidades negativas de mercado".

Nessa vertente, segundo LEITE, et al (2018, p.618) as externalidades são exatamente "falhas do mercado ou do sistema de preços que não refletem de maneira correta os danos causados a terceiros e ao meio ambiente." Segundo Milaré (2016, p. 198), esses danos, embora originados pela produção, são suportados pela coletividade, "ao contrário do lucro, que é percebido pelo produtor privado". Para o autor,

daí vem a expressão "privatização dos lucros e socialização das perdas".

Mas, como o Direito é sistêmico e também comporta um caráter instrumental importantíssimo, a relação entre o Direito Ambiental e o Direito Tributário é de grande valia nesse processo de internalização de externalidades e também na estruturação de um Estado de matriz ecossustentável. Como? Ora, os **tributos** podem ser utilizados como corolário para o incentivo de políticas públicas efetivamente ambientais ("verdes" ou ecológicas).

O elo que abarca esses dois ramos é a extrafiscalidade. Dito isso, se o conceito clássico fiscal, contempla o teor arrecadatório, qual seria a finalidade extrafiscal dos **tributos**?

Basicamente, a finalidade extrafiscal é quando o tributo é utilizado para fins que vão além da arrecadação, com objetivo de garantir determinados direitos existentes no sistema constitucional. Assim, há a capacidade de estimular ou desestimular comportamentos, para garantia de Direitos Fundamentais, resguardados os limites constitucionais e preceitos existentes no ordenamento fiscal.

No Direito Tributário Ambiental, a extrafiscalidade está enraizada, uma vez que faz parte dos fundamentos para a formalização teórica deste aparato. Se esse instituto tem como base a utilização dos **tributos** para além dos fiscais, esse "além" pode ser, sem dúvidas, um desmembramento para a tutela ambiental.

Ocorre que, no âmbito nacional, não existem **tributos** de base de cálculo efetivamente ambiental, mas sim aqueles já instituídos que são "desmembrados" para atender finalidades ambientais, como é o caso, por exemplo do Imposto sobre as operações relativa à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS), com base na repartição de receitas tributárias do Estado para Municípios, a partir da disposição do artigo 158, IV, C.F. de 1988.

Porém, em estudo realizado para análise da efetividade do ICMS -Verde no Estado de Pernambuco, percebe-se que as políticas fiscais ambientais no Brasil são restritas do ponto de vista amplo que a extrafiscalidade e a sustentabilidade

preceituam.

Vejamos duas questões básicas nesse caso: A repartição de receitas do ICMS torna-se limitante em comparação com a realidade fática, principalmente pelo fato de não ser uma receita vinculada, o que ocasiona inúmeras distorções na sua atuação, pois aqueles valores não são necessariamente usados em questões ambientais. Portanto não há um fomento direcionado, por exemplo, para a manutenção dos aterros sanitários (um dos critérios da Lei pernambucana).

Além do mais, "a mera" menção na lei para instituir um critério ambiental, por si só, não garante a efetividade dessa função extrafiscal. Inclusive, a existência de determinados programas, sem a fiscalização ou incentivo adequado, não irão por si só alcançar a finalidade que a política pública propõe.

Então, como o Sistema Tributário Nacional pode ser um mecanismo indutor de uma matriz de sustentabilidade ambiental? Para atingir isso de forma mais ampla e para superar as dificuldades existentes seria necessário um "remapeamento" estrutural do que temos hoje a partir da discussão de uma **Reforma tributária** solidária ambiental, para dar mais efetividade ao art. 225 da Constituição Federal de 1988.

Vale dizer que, não podemos simplesmente estabelecer nesse momento que a chave é instituir um tributo originalmente ecológico que tenha sua receita vinculada. Na verdade, o sistema tributário brasileiro é excessivamente regressivo e paira sobre a Injustiça fiscal, por isso, instituir mais **tributos** com essa realidade atual não resolve.

Portanto, o meio viável para tentar harmonizar de forma mínima esses pilares não é necessariamente implantar mais carga tributária, mas sim revisar o sistema atual a ponto de o tornar mais progressivo.

Dentro dessa perspectiva, uma opção para trazer a redistribuição da carga tributária, é a instituição de **tributos** orientados a partir de uma matriz ambiental e ecossustentável, bem como a realização de uma releitura da viabilidade qualitativa e quantitativa das políticas fiscais ambientais já instituídas.

Em contrapartida à PEC nº 45/2019 e nº 110/2019, temos importantes sugestões feitas pela proposta da **Reforma Tributária** necessária: Diagnósticos e Premissas (2018) com iniciativa da **Anfip** e da Fenafisco e também a proposta da **Reforma Tributária** Sustentável (2020) do movimento "está faltando verde", da Frente Parlamentar Mista Ambientalista.

Nessas propostas podemos encontrar, aspectos como a reavaliação dos subsídios nacionais que são prejudiciais ao meio ambiente no caso, por exemplo, do convênio ICMS nº 100/97 que reduz a base de cálculo do ICMS para operações com agrotóxicos, aumenta de forma significativa a emissão de CO2 que é um dos principais gases responsáveis pelo efeito estufa e a implementação de uma CIDE-Ambiental, a fim de ampliar a sua função extrafiscal para reduzir os gases de efeito estufa, em caráter mais extensivo que a CIDE-Combustíveis.

Por fim, ressaltamos que nada mais do que lógico usar o próprio sistema tributário para fazer uma releitura do que temos hoje, a fim de estabelecer uma **reforma tributária** que institua uma matriz verde no ordenamento, reduzindo os problemas estruturais que envolvem a tributação, em atenção aos parâmetros constitucionais e, sobretudo, com pauta na justiça, democracia e solidariedade.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil, de 05.10.1988. Brasília, 1988. Disponível em:

CARVALHO. Paulo de Barros. Curso de direito tributário. 18 ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

FRENTE PARLAMENTAR MISTA AMBIENTALISTA. 9 Propostas para uma **Reforma Tributária** Sustentável: Clima, meio ambiente e sustentabilidade. [S. L.], 2020. 31 p. 31 f. Proposta desenvolvida pelo Grupo de Trabalho da **Reforma Tributária** Verde em 08 de julho de 2020. Disponível em:

LEITE, Acácio Zuniga et al. **Reforma Tributária Ambiental: Perspectivas para o sistema tributário nacional**. In: LEITE, Acácio Zuniga et al. A **Reforma Tributária** Necessária: diagnóstico e premissas. **ANFIP - Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** Federal do Brasil e FENAFISCO - Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital. Eduardo Fagnani (organizador). São Paulo: Plataforma Política Social, 2018. Cap. 8. p. 615-643.

MILARÉ, Édis. Relação Jurídica à Danosidade Ambiental: Contribuição para o delineamento de um microsistema de responsabilidade. 2016. 380 f. Tese (Doutorado em Direito) - Curso de Direito das Relações Sociais, Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

Anna Priscylla Lima Prado - Doutoranda e mestra em Direito pela UFPE. Coordenadora da Tributec. Professora de Direito Constitucional e Tributário.

Site: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/ecotaxes-e-reforma-tributaria-verde-rumo-a-uma-matriz-ecossustentavel-no-brasil-22072021#respond>

Sistema tributário deve promover igualdade e desenvolvimento

Murilo Pinheiro

* Presidente do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo (Seesp)

Na pauta da Câmara dos Deputados, a reforma do Imposto de Renda (IR) proposta pelo Ministério da Economia, prevista no Projeto de Lei (PL) 2.337/2021, traz à tona um debate que já leva décadas no País sem que se chegue a bom termo: o aprimoramento do sistema tributário brasileiro.

Considerado complexo e muitas vezes apontado como empecilho à atividade empresarial, o principal defeito do nosso modelo de cobrança de **impostos** é o fato de ser extremamente regressivo, pesando desproporcionalmente sobre os mais pobres e a classe média. A base desse mal está na excessiva tributação indireta, sobre o consumo, o que necessariamente faz com que os menos abastados paguem mais. Há ainda demasiada tributação sobre rendas oriundas do trabalho, enquanto aquelas provenientes do capital, como distribuição de lucros e dividendos, são isentas.

Estudo patrocinado pela Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da **Receita Federal do Brasil (Anfip)** e pela Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco) propõe "A **reforma tributária** necessária". Lançado em 2018, mas ainda plenamente válido para orientar esse debate, o trabalho aponta caminhos para um modelo tanto mais justo quanto mais eficiente, colaborando para a solução da crise fiscal, propiciando serviços públicos de qualidade e proteção social, sem que se amplie a carga global. Obviamente, como não há milagres, é preciso fazer com que quem tem mais renda e patrimônio contribua com um quinhão maior. Além disso, há que se atuar firmemente contra a sonegação e os diversos mecanismos de evasão fiscal utilizados pelos que pretendem burlar o sistema.

Como indica o trabalho que contou com a contribuição de 42 especialistas, repensar o sistema tributário deve ter como premissa combater a atroz desigualdade social brasileira, mas também se integrar a um plano nacional de desenvolvimento. Não se trata apenas de simplificar processos e alíquotas, mas de usar o sistema de receita pública para induzir crescimento econômico, geração de empregos decentes e avanço

científico e tecnológico.

Seria fundamental, portanto, que esses princípios norteassem os parlamentares no exame da matéria. Infelizmente, já há sinalização de mudanças que não atendem tais metas de forma ampla e criam dificuldades indesejáveis, especialmente no atual momento de crise e perda de renda por que passam os trabalhadores. É o caso do corte do subsídio aos vales-refeição e alimentação proposto pelo relator do projeto, Celso Sabino (PSDB-PA), atendendo à sugestão do governo. Esperemos que o rumo da discussão seja alterado, com melhores resultados à sociedade brasileira.

Site:

<https://portogente.com.br/noticias/noticias/opiniao/11447-5-sistema-tributario-deve-promover-igualdade-e-desenvolvimento>

Novo Ministério do Trabalho reduz superpoderes de Guedes

Bernardo Caram Fábio Pupo Daniel Carvalho

O anúncio do desmembramento do Ministério da Economia, com a recriação da pasta do Trabalho e Previdência, abriu uma disputa por postos considerados estratégicos no governo. O nome do atual secretário especial de Previdência e Trabalho, Bruno Bianco, é cotado para mais de uma função enquanto técnicos relatam ambiente de incerteza sobre os cargos.

A criação do mais novo ministério do presidente Jair Bolsonaro representa uma perda de poderes para Paulo Guedes (Economia), que entrou no governo com a alcunha de "superministro". Esta será a primeira vez que ele perderá uma de suas secretarias especiais.

Guedes deixará de ter o controle a área que formula as políticas de emprego do governo. Com isso, fica incompleto o trabalho de implementação de um programa para formalização de jovens, que tramita no Congresso.

Ele também não conseguiu promover uma desoneração da folha salarial das empresas e uma flexibilização das leis trabalhistas.

Guedes pretende seguir participando da formulação dessas medidas. Agora, no entanto, as ações não estarão sob seu comando e ele não terá poder de decisão final.

Apesar de o ministro sempre ter resistido ao desmembramento de sua pasta, a recriação do Ministério do Trabalho e da Previdência é minimizada por interlocutores. A avaliação é que não haverá efeito negativo sobre os trabalhos da Economia.

O fatiamento de uma ala do superministério vem dois meses após Guedes dizer, em entrevista à Folha, que não concordava com uma divisão de sua pasta. "É evidente que não. Isso é decisivo, não pode", disse em maio.

"E, se você pergunta se o presidente já comentou isso comigo, já comentou. Está cheio de gente querendo", afirmou. "Aí eu pergunto se ele está sofrendo alguma pressão política e ele diz: "Isso é o tempo inteiro, mas eu não vou tirar, a menos que você peça". Eu recebo

essas provas claras de apoio nos momentos decisivos", afirmou na ocasião.

Após o anúncio da separação, o nome de Bruno Bianco passou a ser cotado para a vaga de secretário-executivo do novo ministério, a ser comandado por Onyx Lorenzoni em um momento em que o governo divulga sucessivos aumentos no saldo de emprego formal.

Membros da Economia avaliam que a presença de Bianco nessa função seria uma forma de Guedes não perder totalmente o controle sobre o órgão que, além de desenvolver os programas de emprego, concentra parcela relevante do Orçamento do governo ao centralizar as contas da Previdência.

Na equipe econômica, havia dúvidas sobre se Onyx realmente coordenaria a área previdenciária, mas um dos ministros mais próximos a Bolsonaro disse à Folha no início da noite de quarta que a nova pasta seria do Trabalho e da Previdência.

Ao mesmo tempo, o nome de Bianco também entrou na lista de apostas para o cargo de Advogado-Geral da União. Ele é servidor de carreira do órgão e estaria cotado para substituir André Mendonça, indicado por Bolsonaro ao STF (Supremo Tribunal Federal).

Essa possibilidade, no entanto, é alvo de disputa entre as carreiras que compõem a AGU (Advocacia-Geral da União). Advogados públicos estariam fazendo pressão contra a indicação de Bianco, que é da carreira dos procuradores federais.

Além disso, membros da Economia relatam incerteza em relação ao futuro dos quadros que hoje compõem a secretaria. A percepção é que Onyx costuma mudar de ministério e levar sua própria equipe, promovendo grandes mudanças na estrutura dos órgãos.

Outro relato é que Bianco, um secretário-especial que ganhou destaque na formulação do programa de corte e redução de salário e jornada durante a crise, não teria onde ficar na pasta de Guedes.

Apesar de não ter havido uma confirmação oficial, um dos ministros mais próximos de Bolsonaro dava como certa, no início da noite desta quarta, a migração de Bianco para a pasta a ser criada.

Uma fonte afirma que a confirmação ainda depende de uma reunião entre Bianco e Onyx nesta quinta-feira (22). Uma conversa preliminar já foi feita e também houve um encontro entre os técnicos envolvidos.

Pessoas próximas ao ministro da Economia afirmam que o novo desenho da Esplanada não vai afetar o núcleo da pasta, do qual Guedes não abre mão -o que inclui a política fazendária, hoje com Tesouro Nacional e Secretaria de Orçamento Federal, e também a política industrial.

A visão é que, caso fossem recriados os Ministérios do Planejamento ou da Indústria, por exemplo, conflitos históricos poderiam ser reavivados entre as pastas. Hoje, disputas internas sobre o direcionamento de políticas são mediadas por Guedes -um poder que seria perdido.

Além de minimizar o impacto das mudanças, interlocutores de Guedes afirmam que o novo desenho pode ser benéfico para o cotidiano da equipe ao desafogar os trabalhos do ministro -que está sobrecarregado.

O volume de trabalho, inclusive, é uma das justificativas usadas por membros da pasta para a **reforma tributária** ter sido enviada com aumento da carga para as empresas -algo a que o ministro se diz contrário.

Para esses interlocutores, não há um enfraquecimento de Guedes porque o movimento do Planalto serve para agradar ao centrão e, por isso, não está ligado a uma possível insatisfação com o ministro.

Apesar de várias especulações desde o começo do governo, esta é a primeira vez que o Ministério da Economia vai encolher. Guedes reuniu sob seu comando as antigas pastas da Fazenda, do Planejamento, da Indústria, do Trabalho e da Previdência. Depois, ainda incorporou a secretaria do PPI (Programa de Parcerias de Investimentos).

Nesta quarta, Guedes comentou o assunto sem se aprofundar. "Vamos fazer uma mudança organizacional. Vamos acelerar a geração de emprego, inclusive com uma reorganização nossa interna. São novidades que o presidente deve trazer rapidamente", disse ao participar do começo da apresentação sobre os números da arrecadação.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA Secretaria especial de Fazenda (abriga o Tesouro Nacional) Secretaria especial da **Receita Federal** Secretaria especial de Previdência e Trabalho Secretaria especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais

Secretaria especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados Secretaria especial de Produtividade, Emprego e Competitividade Secretaria especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital Secretaria especial do Programa de Parcerias de Investimentos PASTAS INCORPORADAS À ECONOMIA NO INÍCIO DO GOVERNO

Ministério da Fazenda Era responsável por formular e executar a política econômica. Abrigava o Tesouro Nacional, considerado o cofre do governo, e a **Receita Federal**, responsável pela cobrança de **tributos**

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão Coordenava as políticas de gestão da administração pública, comandava o Orçamento e o patrimônio federal e era uma espécie de RH dos servidores

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços Formulava e executava políticas públicas para promover a competitividade e desenvolver a indústria e o comércio exterior, além de avaliar e aplicar mecanismos de defesa comercial

Ministério do Trabalho Atuava na fiscalização do trabalho, política salarial, diretrizes para geração de emprego e regulação profissional

O QUE MUDA Será recriado o Ministério do Trabalho e da Previdência. Com isso, o Ministério da Economia deve perder a secretaria especial de Previdência e Trabalho. Guedes ainda avalia fazer mudanças de menor porte dentro da estrutura de secretarias da Economia

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49596>

Bolsonaro diz que vai desbloquear verba do governo

DANIEL GULLINOE FERNANDA TRISOTTO

O presidente Jair Bolsonaro afirmou ontem que vai desbloquear "todos" os recursos de ministérios, que hoje não podem ser gastos por restrições fiscais. Ele disse que a medida será possível porque a arrecadação federal "subiu assustadoramente", mas não detalhou os valores que serão desbloqueados.

O Orçamento federal tem cerca de R\$ 5 bilhões bloqueados. O valor é decorrente da necessidade de reservar recursos para os gastos obrigatórios, como aposentadorias e salários, e não tem relação com a arrecadação.

O Ministério da Economia faz análises a cada dois meses das receitas e das despesas para decidir quanto bloquear ou liberar em recursos. A divulgação dos dados está prevista para hoje. Os valores bloqueados são de despesas não obrigatórias, como investimentos e custeio da máquina pública.

De acordo com o presidente, o desbloqueio foi decidido na terça-feira, em uma reunião que contou com a participação do ministro da Economia, Paulo Guedes, e de outros ministros.

- Conseguimos no dia de ontem (terça-feira) aqui com Paulo Guedes e outros ministros também, como a arrecadação tem aumentando assustadoramente... Estou até preocupado positivamente, óbvio né, a arrecadação subiu assustadoramente, nós resolvemos descontingenciar todos os recursos previstos no orçamento dos ministérios, todos-disse Bolsonaro, em entrevista à rádio Jovem Pan Itapetininga.

ACIMA DAS PREVISÕES

Segundo dados da **Receita Federal** divulgados ontem, o país teve a maior arrecadação de **impostos** e contribuições federais em um primeiro semestre desde o ano 2000, início da série histórica. De janeiro a junho, foram pagos R\$ 881,99 bilhões, um avanço de 24,49% em relação a igual período do ano anterior, já descontada a **inflação**. Para o governo, o bom desempenho da arrecadação demonstra a recuperação da economia, o que possibilitaria parte da **reforma tributária** enviada em junho ao Congresso.

A proposta de reformulação do Imposto de Renda -

que prevê redução das alíquotas do tributo cobrado das empresas e correção da tabela para pessoas físicas - pode reduzir a arrecadação em até R\$ 30 bilhões. O objetivo do governo, por outro lado, é que isso seja compensado pelo crescimento da arrecadação que vem sendo registrado em 2021.

Para o Ministério da Economia, o resultado positivo com o pagamento de **impostos** e contribuições é "estrutural" e decorrente da melhora da atividade econômica. Só no mês de junho, o Fisco arrecadou R\$ 137,16 bilhões, um aumento real de 46,77% na comparação com o mesmo mês de 2020, já descontada a **inflação**. É o segundo melhor resultado para o mês, só ficando atrás do registrado em 2011.

De acordo com a Receita, o desempenho do primeiro semestre é explicado por fatores não recorrentes, entre eles os recolhimentos extraordinários de cerca de R\$ 20 bilhões de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). No mesmo período do ano anterior esses recolhimentos extraordinários somaram R\$ 2,8 bilhões.

No caso de IRPJ e CSLL, o resultado ficou acima das próprias expectativas do Fisco. Em relação à projeção para o mês houve alta de 44,33%.

BOLSA FAMÍLIA DE R\$ 300

Parte do resultado também pode ser atribuída à base de comparação. Em 2020, medidas como o adiamento do pagamento de **impostos** foram adotadas para mitigar os efeitos da pandemia. Neste ano, não houve postergação nos pagamentos.

Na entrevista, Bolsonaro reforçou que deseja que o novo Bolsa Família pague "no mínimo" R\$ 300. Hoje, o programa tem valor médio de R\$ 192.0 governo prepara uma reformulação no benefício, inclusive com troca de nome, como parte da vitrine para o presidente nas eleições de 2022.

- Estamos agora com um problema, que é importante, que interessa a muita gente. Hoje em dia interessa a 22 milhões de pessoas, aproximadamente 10% da população do Brasil, que é o Bolsa Família. Continua a média (de) R\$ 192. Estamos aqui propensos, bastante interessados, com toda responsabilidade, sem falar

em furar teto (referência ao teto de gastos, regra que limita o aumento das despesas públicas), a chegar no mínimo a R\$ 300 -disse Bolsonaro.

Segundo o presidente, o reajuste é necessário para compensar a **inflação**:

- Porque houve uma **inflação**, na pandemia, dos alimentos, da cesta básica, teve o gás de cozinha, o arroz, o óleo, a carne e tem outras tantas coisas e nós devemos compensar essas pessoas mais humildes.

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Economia brasileira cresce em meio à crise

(3)

Em meio uma grave crise gerada pandemia de covid-19, que já provocou mais de 570 mil mortes, o governo federal arrecadou R\$ 137,169 bilhões no mês passado, conforme dados divulgados ontem pela **Receita Federal**. Na comparação com junho do ano passado, houve um crescimento de 46,77% descontada a **inflação**, em valores corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

O valor é o segundo maior para os meses de junho desde o início da série histórica da **Receita Federal**, em 1995, em valores corrigidos pela **inflação**. Apenas em junho de 2011 a arrecadação foi maior, de R\$ 143.793 bilhões. Nos seis primeiros meses de 2021, a arrecadação federal soma R\$ 881,996 bilhões, com alta de 24,49% acima da **inflação** pelo IPCA, recorde para o período.

Para o ministro da Economia, Paulo Guedes, as altas expressivas na arrecadação mostram o forte impulso da economia. Ele avalia que "todos os sinais que estão vindo da Receita, exportações, importações, ritmo de pagamento de **impostos** em todas as variedades, todos dão sintomas clássicos de uma vigorosa retomada de crescimento econômico".

Entusiasmado com o desempenho brasileiro, Guedes destacou que, dos 86 setores, apenas seis ainda estão com arrecadação abaixo do período pré-pandemia. "São eventos, agências de viagem, bares e restaurantes, por exemplo, porque ainda existem vetores importantes de distanciamento social, cuidados, muitas prefeituras e estados em regime de exceção à mobilidade", explicou.

A Receita revelou que o resultado da arrecadação federal pode ser explicado, principalmente, pelos fatores não recorrentes (que não se repetirá em outros anos), como recolhimentos extraordinários de aproximadamente R\$ 20 bilhões em Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e em Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), de janeiro a junho de 2021.

No mesmo período do ano passado, os recolhimentos extraordinários foram de R\$ 2,8 bilhões. No mês, o crescimento foi de 76,88% acima da **inflação**, com pagamento atípico de R\$ 4 bilhões por empresas de diversos setores econômicos. Nos últimos meses,

esses recolhimentos fora de época têm impulsionado a arrecadação, por causa de empresas que registraram lucros maiores que o previsto e tiveram de pagar a diferença.

Os valores contrabalançaram a elevação de R\$ 6,675 bilhões (em valores corrigidos pelo IPCA) nas compensações tributárias entre junho de 2020 e de 2021. O aumento foi de 89% em junho deste ano em relação a junho de 2020 e cresceram 51% no período acumulado. O Brasil não é país de render apenas más notícias. O Brasil se supera.

Em coletiva, Guedes desautoriza Tostes Neto

SÃO PAULO AGÊNCIA ESTADO

Após várias rodadas de conversas com grandes empresários e associações do setor produtivo, o ministro da Economia, Paulo Guedes, voltou a desautorizar o secretário especial da **Receita Federal**, José Tostes Neto, em coletiva de imprensa realizada pelo próprio Fisco. Ao contrário do que Tostes já havia anunciado, Guedes disse ontem, 21, que o governo não irá apresentar nenhuma proposta de **reforma tributária** que altere os regimes do Simples Nacional ou do Microempreendedor Individual (MEI).

Em videoconferência para tratar do resultado da arrecadação federal de junho, Guedes repetiu que a proposta original de reforma do Imposto de Renda estava mal calibrada pela Receita e lembrou que a equipe econômica tem se reunido com representantes de diversos setores da produção. "O essencial da **reforma tributária** nós faremos.

Grandes escritórios de advocacia, grandes auditorias, precisam pagar **impostos**. Mas ninguém vai mexer no Simples e nas MEIs", prometeu o ministro. Há apenas 15 dias, porém, o secretário especial da Receita avisou que, depois da reforma do Imposto de Renda, haveria a necessidade de uma revisão das regras do Simples e do MEI. Na ocasião, Tostes avaliou que o passo seguinte da **reforma tributária** seria atacar o que chamou de "distorções" dos dois regimes de tributação simplificada que existem hoje no Brasil.

Para o secretário, o Simples e o MEI foram criados para dar um tratamento privilegiado às micro e pequenas empresas, mas houve uma ampliação "indevida" ao longo do tempo com o argumento de que o regime normal de pagamento das empresas era oneroso e complexo.

O MEI foi criado para incentivar a formalização de pequenos negócios e de trabalhadores autônomos. Para aderir ao programa, é preciso ter um negócio que fature até R\$ 81 mil por ano e que tenha um funcionário, no máximo. O Simples permite a adesão de empresas com faturamento anual de até R\$ 4,8 milhões.

Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/oliberaldigital/index.jsp?serviceCode=login#page/16>

O "superministro" que só encolhe

JORGE VASCONCELLOS

A minirreforma ministerial anunciada pelo presidente Jair Bolsonaro representa uma tendência de esvaziamento do ministro da Economia, Paulo Guedes, cuja "superpasta", criada neste governo, pode ser desmembrada pela primeira vez. As discussões incluem a recriação do Ministério do Trabalho, que absorveria as atribuições da secretaria especial de Previdência e Trabalho, hoje pertencente à estrutura chefiada por Guedes e responsável pelas políticas federais de geração de emprego e renda. O nome cotado para ministro do Trabalho é o de Onyx Lorenzoni (DEM).

Guedes foi ouvido por Bolsonaro antes do anúncio da minirreforma. Diferentemente de ocasiões anteriores, quando ameaçou deixar o cargo caso perdesse espaço, ele, agora, demonstra reconhecer, pelo menos publicamente, a necessidade de atrair mais aliados, principalmente no Senado, onde o governo acumula uma série de desgastes com o avanço das investigações da CPI da Covid.

Sem entrar em detalhes, Guedes disse, ontem, em evento de apresentação dos dados da arrecadação federal em junho, que o ministério vai passar por uma "reorganização interna", envolvendo a área de "emprego e renda". "Tem novidade até na nossa organização estrutural, vamos fazer uma mudança organizacional aqui também, essas novidades são justamente na direção de emprego e renda", declarou o titular da Economia, acrescentando que as mudanças serão para "acelerar o ritmo de criação de empregos".

"Já estamos criando 1 milhão e 300 mil empregos (formais) nos primeiros meses deste ano e vamos acelerar o ritmo de criação de emprego, inclusive com uma reorganização nossa interna, são novidades que o presidente deve trazer rapidamente", afirmou o ministro antes do anúncio da minirreforma.

Se as mudanças forem confirmadas, será o primeiro desmembramento na estrutura do Ministério da Economia, desenhada por Guedes com o objetivo de concentrar as decisões sobre política econômica em suas mãos. O "superministério" da Economia resulta da fusão das antigas pastas da Fazenda, do Planejamento, da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e do Trabalho. O órgão também absorveu atribuições do Ministério da Previdência, que já tinha sido extinto em 2015.

A Economia abriga oito secretarias especiais. Uma delas é a secretaria especial de Previdência e Trabalho, comandada por Bruno Bianco Leal e que exerce as funções dos extintos Ministérios da Previdência e do Trabalho. Essa unidade havia sido chefiada por Rogério Marinho, que hoje é comanda a pasta do Desenvolvimento Regional.

Desde o início do governo, o secretário de Trabalho é Bruno Dalcolmo. Por sua vez, o secretário de Previdência é Naron Gutierre, que assumiu a função depois que Leonardo Rolim foi transferido para a chefia do **INSS**. Todos os nomes foram avalizados por Guedes.

Mudanças

A secretaria especial de Previdência e Trabalho foi a responsável por uma série de mudanças promovidas nesses setores, como a reforma da Previdência, o contrato de trabalho Verde Amarelo (que foi extinto), a revisão das normas regulamentadoras do trabalho e o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (BEm), que permitiu a redução de jornada e salário e a suspensão do contrato de trabalho durante a pandemia.

Agora, a secretaria trabalha com o deputado Christino Áureo (PP-RJ) para lançar programas voltados para geração de emprego e qualificação profissional, especialmente para jovens e pessoas desempregadas acima de 55 anos.

O enfraquecimento de Guedes vem ocorrendo há um bom tempo, diante das promessas não cumpridas e das derrotas recentes da pasta no Congresso, como ocorreu na medida provisória da privatização da Eletrobras, que virou uma colônia de jabutis - emendas não relacionadas à proposta principal. Não à toa, o ministro tem mudado de comportamento nas reuniões com analistas, ouvindo mais do que fala, o que vem provocando surpresa dos interlocutores. (Colaborou Rosana Hessel)

*Leia mais sobre Paulo Guedes na página 8

Novas regras para novas relações de trabalho

(2)

Fabricio Bloisi, Presidente do iFood

A discussão sobre o futuro do trabalho cai, muitas vezes, na improdutiva polarização que reconhece apenas dois caminhos. De um lado, o modelo tradicional de emprego, com controle e subordinação. Do outro, a ausência de qualquer regulação, pautada no imediatismo e na liberdade irrestrita.

Tirar os trabalhadores de plataformas digitais do limbo regulatório em que se encontram é o próximo passo que o Brasil precisa dar, com urgência, para garantir segurança, proteção social e ganhos mínimos aos 22 milhões de brasileiros que prestam serviços com a intermediação de aplicativos móveis.

São entregadores, motoristas, encanadores, designers e manicures, entre tantos outros profissionais que merecem nosso respeito e que carecem de uma regulação específica para ampará-los nesse novo modelo de relação de trabalho, fruto da nova economia.

O iFood está pronto e aberto para estabelecer um diálogo com o Legislativo, o Executivo, a academia, a sociedade civil organizada e, claro, os próprios trabalhadores de plataformas digitais e os aplicativos que se utilizam desses profissionais. Adorariamos que outras empresas caminhassem juntas conosco para proteger essas pessoas.

A ideia não é acabar com a legislação trabalhista existente, que tão bem tem servido a sociedade, mas abrir caminho para construir, coletivamente, um marco regulatório que não obrigue o trabalhador dessas plataformas a escolher entre ter mais benefícios e segurança na atividade ou ter menos flexibilidade e autonomia.

Como promotores dessa causa, que tem a garantia da dignidade do profissional como ponto de partida, defendemos que o conceito de segurança no novo modelo de trabalho ganhe amplitude inédita. Deve envolver o bem-estar físico, social e financeiro dos trabalhadores das plataformas. Na prática, falamos de prover acesso à **seguridade social**, seguro contra acidentes, vantagens em saúde e fundos de proteção em caso de doenças.

É preciso assegurar ganhos mínimos. A remuneração

em plataformas digitais deve ser proporcional às horas trabalhadas e sempre acima do piso calculado na relação hora/salário mínimo vigente no país. Hoje no iFood, por exemplo, o ganho médio dos entregadores, por hora trabalhada, supera em até cinco vezes essa proporção.

Ouvir esses profissionais e garantir que tenham voz no diálogo com as empresas é imprescindível ao longo da construção da futura regulação e, sobretudo, nas próprias relações de trabalho. Portanto, é preciso prever transparência, facilidade de acesso às regras de uso e condições claras e objetivas.

A essa altura, você deve pensar no que querem os próprios trabalhadores. Segundo pesquisa do Instituto Locomotiva, dois em cada três preferem um modelo mais flexível de trabalho ao registro em carteira. Por isso, para o iFood, liberdade de escolha, independência e autonomia são direitos que devem ser reconhecidos e valorizados. Não só para entregadores, mas para todos os trabalhadores de plataformas digitais.

Lançadas as bases da discussão, nos tornamos agora todos protagonistas dessa revolução. O novo mundo, em permanente construção, exige de nós agilidade para impulsionar a tão necessária transformação também no mundo do trabalho e em suas regras. Isso beneficiará não somente os trabalhadores e as plataformas. A sociedade e a economia como um todo também ganharão relações cada vez mais sustentáveis e dignas.

Regular o trabalho desses profissionais é uma questão de ganha-ganha-ganha. Ganham os trabalhadores, que passam a contar com seguridade mínima. Ganham as empresas, que passam a ter segurança jurídica para investir e inovar. E ganha a sociedade, com a inclusão de milhares de trabalhadores no sistema de **seguridade social**.

A hora de construir juntos é agora.

[...]

A ideia não é acabar com a legislação trabalhista existente, que tão bem tem servido a sociedade, mas abrir caminho para construir, coletivamente, um marco regulatório que não obrigue o trabalhador dessas

plataformas a escolher entre ter mais benefícios e segurança na atividade ou ter menos flexibilidade e autonomia.

Fabricio Bloisi, Presidente do iFood

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=495>

96

STJ: auxílio-acidente pode ter valor maior

Martha Imenes

Uma decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) pode fazer com que o segurado do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) tenha o valor do benefício majorado quando for aposentado e ainda render atrasados. O entendimento vale inclusive a quem já está aposentado com direito ao auxílio-acidente reconhecido judicialmente.

A ministra Assusete Magalhães, relatora do recurso repetitivo 862 na Corte, definiu que a data de início do auxílio-acidente é o dia seguinte após o fim do auxílio-doença.

Com a decisão, as parcelas do auxílio-acidente vão retro-agir ao primeiro dia após o fim do auxílio-doença e não mais pela data da citação ao **INSS**, conforme decisão anterior do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP).

- Tratando-se da concessão de auxílio-acidente precedido do auxílio-doença, a Lei 8.213/1991 traz expressa disposição quanto ao seu termo inicial, que deverá corresponder ao dia seguinte ao da cessação do respectivo auxílio-doença, pouco importando a causa do acidente - pontuou a ministra.

Ainda conforme a decisão, "é errôneo investigar o dia do acidente, à luz do artigo 23 da Lei 8.213/1991".

- O valor dos atrasados vai refletir no total de salários de contribuição quando o trabalhador pedir a aposentadoria e pode beneficiar até os que já estão aposentados e tiverem o direito ao auxílio-acidente reconhecido judicialmente - avalia o advogado João Badari, do escritório Aith, Badari e Luchin.

Já o advogado Rodrigo Tavares Veiga acredita que a decisão do Superior Tribunal de Justiça apenas ratifica e garante a aplicação da lei 8.213. O que, segundo ele, garante a segurança jurídica.

- É importante, em casos julgados em que se analisa a aplicação literal da lei, resguardar o que compete a cada poder, em respeito à separação dos poderes - defende o advogado João Badari.

Valor é complementar

O advogado João Badari explica que quando um segurado recebe um benefício por incapacidade, como o auxílio-doença e auxílio-acidente, o valor destes

auxílios se tornam complementares ao salário de contribuição quando ele for aposentado.

Badari cita um exemplo de uma pessoa que tenha se aposentado em 2016 e conseguiu o reconhecimento ao direito de receber o auxílio-acidente desde 2008. Cabe destacar que o benefício pode ser concedido por via administrativa, no entanto, com as negativas do **INSS**, as pessoas recorrem à Justiça.

- Supondo que o benefício tenha sido em setembro de 2016 e o valor do pagamento mensal de R\$ 2.087,70, o montante corrigido com a inclusão do auxílio-acidente vai a R\$ 2.652,86. Uma alta de 27,07% - pontua.

- A diferença (de R\$ 565,16) dará direito a pagamento de atrasados de R\$ 36 mil-finaliza.

Site: <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

Ciro Nogueira confirma que assumirá Ministério da Casa Civil do governo Bolsonaro

O senador **Ciro Nogueira**, presidente nacional do Progressistas, afirmou a interlocutores nesta quarta-feira (21) que aceitou a proposta do presidente **Bolsonaro** de assumir a Casa Civil do Palácio do Planalto. **Ciro Nogueira** vai comandar a pasta responsável pela articulação política do governo.

Atual comandante da Casa Civil, o general **Luiz Eduardo Ramos** seguirá para a Secretaria Geral da Presidência, enquanto o ocupante da pasta, **Onyx Lorenzoni**, assumirá o Ministério do Emprego e da **Previdência Social**, que será desmembrado do Ministério da Economia.

Ciro Nogueira é considerado o principal líder do centrão e tem feito uma defesa do governo federal no Senado. Na CPI da covid-19, ele tem sido um dos principais defensores do presidente **Jair Bolsonaro**.

Em recente entrevista ao Sistema O Dia, **Ciro Nogueira** afirmou que o **Jair Bolsonaro** tem realizado muito e citou as reformas propostas pelo governo como um ponto que o atrai na aliança. "O que nos aproxima do presidente **Bolsonaro** são as reformas que o país precisa para se desenvolver. As reformas liberais, privatizações, melhorias no serviço público para a população. Isso nos aproxima. Temos aprovados pautas importante, vamos entrar agora na **reforma tributária**", disse.

Ainda na mesma conversa, **Ciro** defendeu apontou que há um problema de comunicação do Palácio do Planalto. "É um governo realizador, mas que tem muitos problemas de comunicação, de demonstrar as suas realizações. Nenhum governo realizou tantas obras, principalmente, na infraestrutura do país, fez uma transferência de renda jamais vista para a população. Só no do auxílio emergência se transferiu mais que 10 anos do Bolsa Família", disse. "Estou focado para tentar melhorar a comunicação. Para que a população tenha conhecimento, precisamos melhorar a comunicação", finalizou.

Site: <https://odia.presslab.com.br/>

Servidor Público Pode Evitar Processo Administrativo Disciplinar

Esse é o tema do mais recente livro do advogado Manoel Messias de Sousa: como o servidor público pode evitar um processo administrativo disciplinar.

"Ninguém tem dúvida de que todos nós somos responsáveis pelos nossos atos, acertos e erros na vida. Trazendo o debate para a nossa vida profissional, constatamos que muitos dos colegas **servidores públicos** perdem seus cargos por não darem - em alguns casos - a devida atenção à sua carreira profissional."

A prova inequívoca dessa assertiva é que todos os anos centenas de processos administrativos disciplinares (PADs) ou sindicâncias são instauradas no Brasil. Só no âmbito do Executivo federal, por exemplo, foram instaurados 71.574 procedimentos disciplinares entre 2003 a 2020, segundo o portal da transparência da CGU.

Cada procedimento disciplinar instaurado no âmbito do Poder Executivo federal custa em média R\$ 153.970,43, segundo levantamento da CGU, do ano de 2012.

Ainda segundo a CGU, de 2003 a 2018, 7.358 servidores federais foram expulsos do serviço público. Isso constitui prova viva da grande quantidade de processos administrativos disciplinares instaurados e servidores expulsos do serviço público, só no âmbito da administração pública federal.

Além do mais, durante o período no qual o autor exerceu o encargo de presidente de comissões disciplinares, em Brasília, e demais unidades da federação, presenciou muito sofrimento e angústia de agentes públicos que respondiam um processo administrativo disciplinar ou sindicância acusatória.

Hoje, atuando como advogado nessa área do direito, continua presenciando as mesmas angústias e sofrimentos. Dai por que teve a ideia de escrever essa obra com o objetivo de orientar os agentes públicos acerca de como evitar um PAD ou Sindicância no ambiente de trabalho.

Existem muitas obras que versam sobre o processo administrativo disciplinar e a sindicância. Todavia, nenhuma trata especificamente sobre o tema de forma preventiva como faz Manoel Messias de Sousa na

obra, ou seja, como o servidor público pode evitar a instauração de um processo administrativo disciplinar ou sindicância acusatória no ambiente de trabalho. Ora, como diz a sabedoria popular é melhor prevenir do que remediar". Aí está a utilidade da obra.

Site: <https://www.opopular.com.br/digital/22-julho-2021/1o-caderno>

TCU vai investigar governo federal por compra de vacinas

O Tribunal de Contas da União (TCU) ordenou a abertura de um procedimento para a investigação da compra de 540 milhões de doses da vacina contra a Covid-19, anunciadas pelo governo federal e o uso de aviões da Força Aérea Brasileira (FAB) por membros do Planalto.

O órgão cobra explicações sobre as peças publicitárias veiculadas pelo governo sobre a aquisição das doses do imunizante e também sobre as aeronaves que foram utilizadas para fins particulares.

Autor do pedido, o deputado federal Gustavo Fruet (PDT-PR) teve o questionamento ignorado pelo Ministério da Defesa, comandado pelo general Braga Netto. Ele pediu à pasta informações sobre as viagens com os aviões da FAB por parte de **servidores públicos** entre janeiro de 2019 e maio de 2019.

Braga Netto respondeu em nota que não tem a relação das viagens e que a lista dos passageiros é de responsabilidade das autoridades que solicitam o uso das aeronaves. Ele também sugeriu ao deputado que utilizasse um site para verificar as informações.

"Se você for verificar no link que o Ministério da Defesa indica, quando muito tem o nome de quem solicitou a aeronave. Ou seja, é para dificultar a informação, se é intencional ou não, não sei, por isso estou pedindo para o tribunal verificar", defende Fruet.

Com relação à compra de vacinas por parte do Ministério da Saúde, o deputado quer que a pasta especifique quantas doses foram de fato compradas pelo governo federal. A peça que anunciava as 560 milhões de doses - suficientes para imunizar 100% dos brasileiros - chegou a ser compartilhada pelo secretário de Comunicações do Planalto, Fábio Faria.

Segundo Fruet, o Ministério da Saúde reconheceu o erro e informou que se referia a 260 milhões de doses da vacina. O deputado pretende se reunir com a ministra do TCU, Ana Arraes, na próxima semana, para levar novos documentos e as respostas dos ministérios

Órgão vai apurar ainda uso particular de aviões da FAB por parte do Planalto

Site:

http://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab_99
E980D26D768C820E8B596CA9EAB8C7F4C30D7C2000D2
4B2F5A4E705720D1711672A7477B05AD97FDA1618E3BB
C167A31E9D3BA0724615C48899CF875CA0AD6569B5449
2E46E1569C8478ACAE69F44F31249B099FFA200A77D83
586D3BD5712FAA151AB92EC66D533D7D4B460EDBFFB
A9AF908A2366849AC502B9

Programa de Educação Previdenciária é lançado

O SergipePrevidência e a Secretaria de Estado da Administração (Sead) acreditam no poder da informação e lançam o Programa Estadual de Educação Previdenciária (PEEP). Constituído por uma série de cartilhas e atividades, o programa disponibiliza, aos segurados e seus dependentes previdenciários, ações e conhecimentos básicos sobre Finanças e Previdência, e aos **servidores públicos** estaduais, capacitações para otimizar o atendimento.

"Pensado para todas as pessoas envolvidas com serviços de concessão de aposentadoria e de pensão, do governo do estado, o PEEP abrange desde servidores ativos, aposentados, pensionistas e dependentes previdenciários até as equipes de Recursos Humanos das secretarias e órgãos, e dos Conselhos Deliberativo e de Previdência Estaduais", explica o diretor-pre-sidente do SergipePrevidência, José Roberto de Lima Andrade.

Disponíveis no site do SergipePrevidência (www.sergipeprevidencia.se.gov.br), as cartilhas informam as regras e os documentos obrigatórios para os pedidos de concessão de aposentadoria e de pensão, além de orientações e dicas de educação financeira, ações preparatórias para a aposentadoria e Guia de Serviços do SergipePrevidência.

Site:

<http://digital.maven.com.br/pub/correiodesergipe/#page/>

8

Cavando mais fundo

Temos procurado chamar atenção, sempre que se apresenta ocasião, para os riscos e consequências do desequilíbrio fiscal que o País enfrenta, tentando também demonstrar que reduzir despesas, aliviar o peso do Estado, seria a única forma eficaz de ajuste. Tantas vezes prometido e outras tantas esquecido, como agora mesmo, a correção do desequilíbrio existente é ameaça próxima, podendo impedir o Estado de responder por suas obrigações mais imediatas, numa situação de colapso. Em comentário recente, abordando o mesmo tema, elogiamos projeto aprovado no Legislativo, dando fim, ou pelo menos reduzindo sensivelmente, os chamados super salários, aqueles que transformam o teto de R\$ 40 mil para pagamentos a funcionários públicos em mera ficção. Concretamente, uma economia anual estimada entre R\$ 3 bilhões e R\$ 10 bilhões.

Cabe lembrar que ainda resta ao presidente da República, o mesmo que em mais de uma oportunidade disse que o País está quebrado, deter, com o seu veto, este ato de mais completa insanidade

Eis que, no dia seguinte ao anúncio desse ato de responsabilidade e bom senso, os senhores parlamentares fazem exatamente o contrário ao

aprovar, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, a elevação do Fundo Eleitoral, dinheiro público que financiará a campanha eleitoral do próximo ano, a R\$ 5,7 bilhões de reais. O valor fixado significa que a verba foi triplicada, considerados os R\$

2 bilhões gastos nas eleições de 2020. No placar final a votação na Câmara ficou entre 278 votos a favor e 148 contra, enquanto no Senado foram 40 votos a favor e 33 contra. Falta agora apenas a sanção presidencial para que a gorda verba, devidamente carimbada, seja proporcionalmente distribuída entre os partidos, a maioria deles criada exata e exclusivamente para participar de mais esta farra com dinheiro público.

Não faltaram reações, de um lado chamando atenção para que os gastos com campanhas eleitorais, agora financiados pelo Estado como tentativa de conter a corrupção, voltarão a crescer, de outro apontando a insensibilidade, se não completa irresponsabilidade, de quem aprova o abuso, a ser pago com dinheiro que falta a escolas e hospitais, além de cavar mais fundo o buraco do déficit. E tudo isso, também é preciso lembrar, por conta de um sistema político disfuncional, distante tanto de suas obrigações e responsabilidades

quanto da compreensão da realidade, preservada exclusivamente porque lhes é conveniente.

Cabe lembrar que ainda resta ao presidente da República, o mesmo que em mais de uma oportunidade disse que o País está quebrado, deter, com o seu veto, este ato de mais completa insanidade, além de confirmação de que o Estado brasileiro vai aos poucos escapando de qualquer controle racional e menos ainda eficiente.

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impreso/edicao-de-22-07-2021/>

Pontos sensíveis na nova Reforma Administrativa (5): regime jurídico dos servidores públicos (2)

**PAULINO FERNANDES DE LIMA DEFENSOR PÚBLICO
DO ESTADO DE PERNAMBUCO E PROFESSOR**

PAULINO FERNANDES DE LIMA DEFENSOR
PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO E
PROFESSOR

Este quinto artigo sobre a Reforma Administrativa, que está em curso na Câmara dos Deputados, materializada pela Proposta de Emenda à Constituição (PEC nº 32/2020), visa esclarecer mais um, dentre os vários pontos delicados, que a reforma tenciona alterar. Trata-se do regime jurídico aplicável aos **servidores públicos**, o qual consiste no conjunto de direitos, garantias, vantagens, deveres e proibições, que regem a relação entre a administração pública e o seu pessoal.

Assim como outros tópicos, não é a primeira vez que este conjunto normativo pode sofrer modificação. Na redação original da Constituição Federal de 1988, já constava a prescrição, acerca de qual regime se aplicaria aos **servidores públicos**, a partir dali, como regra geral, que seria o estatutário.

Com a Lei nº 8.112 de 1990, instituiu-se o regime jurídico único dos **servidores públicos** civis da União, das autarquias, inclusive as em regime especial, e as fundações públicas federais.

Com a obrigatoriedade de que os servidores ficassem regidos de uma só forma, aboliram-se outros critérios de regência, que burlavam os princípios da impessoalidade e da legalidade, tão caros à administração pública.

Entretanto, logo o legislador encontrou uma forma de alterar a normatização advinda com o Regime Jurídico Único (RJU), permitindo, com a Emenda Constitucional nº 19 de 1998, que servidores fossem regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Na ocasião em que foi promulgada a emenda que promoveu essa outra reforma administrativa, algumas questões, intimamente ligadas a não obrigatoriedade da adoção de regime único, também foram afetadas,

como por exemplo, o direito à estabilidade no cargo.

Já que se passou a admitir o regime celetista, para empregados públicos, possibilitouse, com isso, que ocorresse demissão, sem as regras mais duras, que são próprias dos regidos pela forma estatutária.

O que se pretende com a PEC nº 32 é, praticamente, abolirem-se as regras que respeitam os princípios da impessoalidade e legalidade na administração pública, propondo que o conjunto de regras que regem os servidores seja disciplinado por lei complementar.

Essa proposta de alteração não só, é veementemente inconstitucional, pois tendente a abolir um direito e garantia fundamental, como torna insegura e uma verdadeira "panacéia", a relação séria e legal, tão sublimemente necessária em tema de serviço público.

No trecho da proposta que consta da emenda, observa-se que a intenção do legislador, no fundo, não é a de trazer melhoria ao serviço, mas promover um estado de "entropia na administração pública, principalmente porque prevê que a regência dos direitos e deveres dos servidores passe seja ditada após a edição futura de uma lei complementar, cujo quórum e solenidade para aprovação é bem mais frouxa do que a utilizada para se alterarem normas constitucionais.

Site: <https://www.folhape.com.br/edicao-imprensa/1855/22-07-2021/>

CPI lista políticos que espalharam fake news

O deputado Osmar Terra (MDB-RS) pregou que metade da população brasileira viesse a ser infectada pelo novo coronavírus. Quando isso acontecesse, dizia ele, todos teriam anticorpos e 99% ficaria assintomática. Só aí, assegurava, o contágio da covid-19 iria se reduzir. Fora isso, escreveu o deputado no Twitter, "o coronavírus seguirá na sua trajetória com quarentena ou não". O deputado Daniel Silveira (PSL-RJ) assegurou que a pandemia da covid-19 é a chegada no que ele chamou de "bio-era", um tempo em que as armas convencionais são substituídas por armas biológicas, como o coronavírus que, segundo ele, foi construído em laboratório "para atrapalhar e interferir nas eleições americanas".

Os exemplos acima estão em uma lista da CPI da Covid que investiga a atuação de políticos na disseminação de fake news sobre a pandemia, à qual o **Congresso em Foco** teve acesso. Durante o período de recesso parlamentar, a organização de documentos que apontam quem foram os responsáveis por produzir e espalhar pelas redes sociais desinformação sobre a pandemia é a nova linha de trabalho das equipes que assessoram os parlamentares na comissão.

A lista foi produzida pelo grupo de 41 voluntários que o relator da CPI, Renan Calheiros (MDB-AL) arregimentou e que atuam na busca de informações na internet, especialmente para checar dados. A lista tem o nome de 26 políticos, ministros do governo, deputados e senadores. Alguns, inclusive, de oposição. Além da lista de políticos, a CPI da Covid investiga a origem de 68 perfis na internet, com milhares de seguidores, que espalharam, por exemplo, notícias amedrontadoras sobre vacinas e outras notícias falsas.

Esses perfis a comissão ainda mantém sob sigilo, porque muitos têm a autoria anônima. A CPI quer descobrir quais são seus autores e a origem dos disparos. Teme, assim, que a divulgação dos perfis faça com que seus autores tirem as páginas do ar dificultando a investigação. No caso dos políticos, a ideia, ao final, é verificar suas responsabilidades na disseminação de ideias falsas ou distorcidas sobre a pandemia. Como pessoas públicas, com credibilidade junto à parte da sociedade, as opiniões desses políticos acabam tendo forte importância na formação de conceitos que podem ter dificultado o combate à doença no país.

Os técnicos da CPI observam que há grande

coincidência na maioria dos nomes com os que também aparecem nas investigações da CPI das Fake News e dos atos antidemocráticos apurados pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Casos dos filhos do presidente, o deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) e o senador Flávio Bolsonaro (Patriota-RJ), da deputada Bia Kicis (PSL-DF) e do deputado Daniel Silveira. A lista cita também alguns políticos de oposição ao governo. A deputada Erika Kokay (PT-DF), por exemplo, fez questionamentos considerados insustentáveis sobre as razões pelas quais o presidente Jair Bolsonaro teria anunciado ter sido contaminado pela covid-19.

Veja a lista Carla Zambelli (PSL-SP), Eduardo Bolsonaro (PSL- -SP), Osmar Terra (MDB-RS), Coronel Tadeu (PSL-SP), Aline Sleutjes (PSL-PR), Caroline de Toni (PSL-SC), Carlos Jordy (PSL-RJ) Fábio Faria (ministro das Comunicações), Luiz Philipe de Orleans e Bragança (PSL-RJ) Onyx Lorenzoni (ministro- -chefe da Secretaria Geral da Presidência), Bia Kicis (PSL- -DF) Paulo Eduardo Martins (PSC-SP), Erika Kokay (PT-DF), Sâmia Bomfim (PSOL-SP), Daniel Silveira (PSL-RJ), Marcelo Freixo (PSB-RJ), Marco Feliciano (PSC-SP), José Medeiros (Podemos-RN), Capitão Derrite (PP-SP), Marcio Labre (PSL- -RJ), Vitor Hugo (PSL-GO), Gleisi Hoffmann (PT-PR), Hélio Lopes (PSL-RJ), Alê Silva (PSL- -RJ) e Marcelo Álvaro Antônio (ministro do Turismo)

Relator ouve queixas sobre reforma do IR

Eduardo Laguna

Promovidas após muita reclamação sobre aumento de carga, as mudanças propostas no capítulo da **reforma tributária** que trata do imposto de renda não conseguiram atrair até agora apoio em bloco do setor empresarial.

Ontem lideranças de entidades que representam diversos setores da economia levaram sua insatisfação à nova versão da reforma ao relator da matéria, o deputado Celso Sabino (PSDB-PA), em reunião na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

Apesar de o parecer de Sabino cortar em 12,5 pontos percentuais a alíquota do imposto de renda cobrado das empresas - em um avanço em relação à proposta inicial, que restringia a desoneração a cinco pontos percentuais -, prevalece o entendimento de que a tributação de dividendos, embora menor do que na primeira versão, eleva a carga tributária atual.

A conclusão de que a conta de **impostos** ficará mais cara é apontada, principalmente, por setores onde há maior presença de empresas enquadradas em regimes de lucro presumido e no Simples. Apesar do esforço de Sabino de destacar aos quase 100 participantes do encontro os aspectos positivos do texto, como a atualização da tabela do imposto de renda, o parlamentar não conseguiu aplacar a rejeição à matéria. Empresários deixaram a reunião reafirmando a posição que, pela forma como está sendo costurada, é melhor adiar a votação da **reforma tributária** para centrar o foco na reforma administrativa.

"O projeto inicial era péssimo, este (substitutivo de Sabino) é ruim", diz Fábio Pina, assessor econômico da Fecomércio-SP, associação que representa os interesses dos setores de comércio, serviços e turismo de São Paulo.

Nas contas da Fecomércio- SP, com a alíquota básica do imposto de renda cobrado da pessoa jurídica reduzida a 2,5% em 2023, como proposto na nova versão, a carga tributária das empresas e seus sócios subirá de 34% para 37,2%, dada a taxa de 20% dos dividendos.

Em nota divulgada após a reunião com Sabino, o presidente da Fiesp, Paulo Skaf, classificou como "perigoso" o momento para a realização da **reforma**

tributária.

"O momento como o que vivemos, de escassez de recursos, é sempre perigoso para uma **reforma tributária**. Nossa preocupação é que não haja aumento de **impostos**", disse Skaf.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Guedes perde poder, mas tenta manter influência

MANOEL VENTURA manoel.ventura@bsb.org
lobo.cotn.br BRASÍLIA

MUDANÇAS NA ESPLANADA

Atendendo a um pedido do presidente Jair Bolsonaro, o ministro da Economia, Paulo Guedes, aceitou perder a Secretaria de Trabalho e Previdência na **reforma ministerial** anunciada para o início da próxima semana, mas tenta manter nomes de sua confiança na pasta que será criada e, assim, preservar suas políticas para o setor. A mudança representa perda de poder do ministro, que em ocasiões anteriores já havia demonstrado insatisfação com a possibilidade de ver a pasta ser desmembrada.

Antes de ceder um naco de seu ministério, Guedes pediu para Bolsonaro manter seu atual secretário de Trabalho e Previdência, Bruno Bianco, como secretário-executivo da nova pasta. Outro nome oferecido foi o do secretário de Trabalho, Bruno Dalcolmo.

O objetivo de Guedes é manter as suas políticas para trabalho, como o programa de geração de emprego para jovens que está sendo construído. Ele minimiza a perda dessa parte do ministério, pois a reforma da Previdência já foi feita.

Guedes participou das articulações para colocar um expoente do Centrão, o senador Ciro Nogueira (PP-PI), no comando da Casa Civil. Nos bastidores, ele avalia ser necessário melhorar as relações do governo com o Senado e garantir um ambiente favorável à aprovação das reformas.

Guedes e outros ministros com trânsito no Congresso vinham recebendo recados de que a relação com os parlamentares se desgastou nas últimas semanas, pondo em risco a pauta que o Ministério da Economia pretende aprovar neste ano -como a **reforma tributária**, a reforma administrativa e as privatizações, caso dos Correios.

O rearranjo no governo preserva, por ora, outras duas áreas importantes do Ministério da Economia cobijadas por partidos do Centrão: Planejamento e Indústria.

No redesenho da Esplanada dos Ministérios, Onyx

Lorenzoni, atualmente na Secretaria-Geral da Presidência, assumirá o novo Ministério do Trabalho e Previdência. Para seu lugar na Secretaria-Geral irá Luiz Eduardo Ramos, que hoje comanda a Casa Civil.

Quando assumiu o Ministério da Economia, Guedes abarcou Fazenda, Planejamento, Indústria, Trabalho e Previdência. Desde que o Centrão se aproximou do governo, são constantes os pedidos a Bolsonaro para que as áreas da Indústria e do Planejamento sejam desmembradas e comandadas por partidos aliados. Guedes, porém, não abre mão dessas duas secretarias.

No caso da Indústria, o governo está tocando uma agenda de abertura comercial, considerada importante para

a retomada do crescimento do país. A pessoas próximas, Guedes repete que a recriação desse ministério vai atrapalhar o desenvolvimento econômico. O ministro acredita que o antigo Ministério da Indústria era uma "casa de lobby" e travava o andamento de pautas importantes.

Já o Planejamento, que tem poderes sobre o Orçamento, sempre foi alvo de conflitos com a Fazenda e com o Congresso. Aliados da base do governo criticam o fato de Guedes concentrar em seu ministério decisões estratégicas como investimentos públicos e medidas fiscais.

Por isso, perder Trabalho e Previdência não foi considerado um grande prejuízo para Guedes, sobretudo diante da perspectiva de melhorar as relações com o Congresso.

O ministro chegou a aconselhar Bolsonaro anteriormente a colocar um político na Casa Civil para ajudar a deslanchar no Congresso os projetos econômicos. Até sugeriu os nomes de Rogério Marinho, ministro do Desenvolvimento Regional, e de Gilberto Kassab, presidente do PSD. Bolsonaro respondeu que seria mais estratégico colocar um general no cargo. Mas mudou de ideia e acabou convidando Ciro Nogueira para assumir a pasta.

15 Ministérios Na campanha eleitoral, Jair Bolsonaro prometeu enxugar o governo e ter esse número de pastas caso fosse eleito

23 Ministérios É o tamanho atual do governo federal, após a recriação da pasta das Comunicações pelo presidente Jair Bolsonaro

24 Ministérios Será o número alcançado com a criação da pasta do Trabalho e Previdência anunciada pelo presidente Jair Bolsonaro

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Guedes reafirma objetivo de taxar dividendos

Brasília - O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou ontem que o governo está decidido a ser ousado em sua **reforma tributária**, favorecendo as empresas e os trabalhadores, mas reiterou a disposição de taxar os dividendos distribuídos às pessoas físicas em 20% de forma a aumentar a tributação dos "super ricos".

Em coletiva de imprensa para comentar os dados da arrecadação de junho, o ministro afirmou que sua equipe está ouvindo o setor privado sobre sua proposta de **reforma tributária** e indicou que alguns pontos da versão original encaminhada ao Congresso poderão ser alterados ou retirados.

"Mas o essencial nós faremos, que é tributar juros e dividendos, reduzir a tributação para 31 milhões de brasileiros, os contribuintes assalariados, e isentar os profissionais liberais, que se chamam os pejetinhas", disse Guedes, acrescentando que o governo não quer taxar médicos e dentistas, mas os grandes escritórios e os super ricos.

"Nós estamos querendo justamente baixar (tributação das empresas) de 34% para alguns setores para 21,5%. E nós queremos da

mesma forma subir de zero para 20% o imposto sobre dividendos", acrescentou o ministro.

Para Guedes, o nível de arrecadação recorde alcançado pelo País no primeiro semestre é sustentável e independe do crescimento da economia à frente.

Dados da Receita mostraram que a arrecadação cresceu 24,5% em termos reais no primeiro semestre do ano, para R\$ 881,966 bilhões, maior valor da série.

"O que nós vamos fazer é justamente pegar uma parte desse aumento de arrecadação e transformar isso numa redução de alíquotas e simplificação de **impostos**, como sempre prometemos", disse o ministro. (Reuters)

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impreso/edicao-de-22-07-2021/>

A reforma tributária e justiça social (Parte I)

(2)

RICARDO PRADO PIRES PRESIDENTE DO MOVIMENTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DEMOCRÁTICO - MPD

O Congresso Nacional recebeu recentemente do poder Executivo projeto de lei para modificação das normas que regem o imposto sobre a renda. As medidas se inserem dentro de movimento mais amplo chamado de **reforma tributária**. Há décadas, o Congresso Nacional se debruça sobre o tema procurando estabelecer alguns consensos numa matéria que, por natureza, suscita inúmeros conflitos. Afinal, mudar as regras tributárias representa tirar dinheiro do bolso de alguns para dar a outros. Apesar de todos os discursos sempre dizerem que isso não ocorrerá, que a carga tributária não aumentará, a verdade é que não se consegue mudar o sistema sem que a situação real seja alterada, e isso implica em mudança nas alíquotas, nas hipóteses de incidência e nas isenções, e, portanto, no rol de contribuintes e nos valores dos **impostos** a pagar.

O sistema atual é complexo, foi criado paulatinamente ao longo da história, e feito especialmente para acomodar uma série de situações pontuais e casuísticas. Isso obviamente, gerou uma infinidade de regras que até os especialistas têm dificuldades de acompanhar. Gera inúmeras dúvidas, casos mal resolvidos e contenciosos em série.

A complexidade do sistema, no entanto, permite que pessoas ou grupos econômicos acabem se beneficiando da legislação, enquanto outros são fortemente prejudicados. A existência de uma infinidade de **tributos** e contribuições cria um ambiente de **cumulatividade**, por vezes, exorbitante e que chega a inviabilizar determinadas atividades econômicas.

Todavia, o ponto que nos interessa aqui não é fazer uma análise técnica profunda do problema, até porque não é nossa área de especialidade, mas sim, uma análise jurídico- filosófica da questão sob seu aspecto de Justiça social, de equidade e eficiência do sistema para todos os contribuintes.

O primeiro ponto que chama atenção para quem paga **impostos** nesse país, especificamente o imposto de renda, é a brutal diferença de tratamento que se dá ao trabalho assalariado e a renda de capital, ou as rendas geradas pelos investimentos. O trabalho assalariado

possui uma taxa de isenção baixa e as maiores alíquotas (27,5%) são bastante salgadas para o bolso do trabalhador; já algumas aplicações financeiras são completamente isentas do imposto: fundos imobiliários, CRI, CRA, dividendos, lucro na venda de bens até determinado valor e por aí vai.

Os governos ora beneficiam um tipo de investimento em detrimento de outro, ora concedem uma benesse para um grupo econômico que não atinge os demais, e aí o sistema vai ficando disfuncional. O projeto de lei até trouxe uma taxação maior para os ganhos de capital, mas já se admite que foi proposital para que o Congresso possa reduzir o tamanho da gordura tributária incluída no texto original.

Uma das primeiras medidas que se deveria fazer numa reforma do imposto sobre a renda era equiparar para efeito de tributação todas as rendas, não importa sua origem, se ganhos do trabalho ou ganhos de capital. Todas as fontes de renda são geradoras de ganhos sejam para os trabalhadores, para os empresários ou investidores.

Todas as pessoas se beneficiam dos bens e serviços estatais, utilizam as vias públicas para se deslocarem, são beneficiários da iluminação pública, da coleta de lixo, de serviços de saúde como vacinação, de serviços de segurança pública, e até do trabalho dos legislativos que estipulam as regras do jogo da vida em sociedade. Além disso, há uma série de serviços colocados à disposição da sociedade que as pessoas podem vir a utilizar: postos de saúde, hospitais e pronto socorros, escolas e universidade públicas, sistemas de transportes e de Justiça, e muitos outros. Assim, é absolutamente natural que todos nós sejamos chamados a arcar com parte desses custos.

Relator da reforma do IR avalia ampliar isenções para cobranças sobre dividendos

O relator da proposta de reforma do Imposto de Renda, deputado Celso Sabino (PSDB-PA), afirmou nesta quarta (21) que a faixa de isenção de até R\$ 20 mil para tributação de dividendos deve ser mantida, mas pode ser ampliada no caso de empresas pertencentes a um mesmo grupo, coligadas ou micro e pequenos negócios de uma mesma família.

"A gente já vinha incluindo a não tributação de lucros e dividendos distribuídos entre grupos econômicos, agora abordamos essa questão entre controladas e controladoras", disse o deputado após um encontro com representantes da indústria, do comércio e do setor de serviços na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). "Recebemos uma importante sugestão também para os lucros e dividendos das micro e pequenas empresas distribuídos para pessoas da mesma família, que iremos levar para os consultores legislativos, o governo e os deputados", completou.

No caso das empresas coligadas, ele disse que a possibilidade também seria prevista até determinado percentual de cotas de participação nas empresas. Questionado se uma tributação progressiva de dividendos poderia ser adotada, Sabino rechaçou a ideia.

O parecer preliminar da segunda fase da **reforma tributária**, apresentado no último dia 13, teve um corte maior no Imposto de Renda das empresas (IRPJ) para facilitar a aprovação da taxação de dividendos -parcela dos lucros que uma empresa distribui aos seus acionistas. O relatório prevê a redução da alíquota geral do IRPJ dos atuais 15% para 5% em 2022, e para 2,5% a partir de 2023. Na proposta original, a alíquota cairia para 12,5% em 2022, e 10%, a partir de 2023.

O texto do governo foi recebido com forte descontentamento pelos empresários e o pelo setor financeiro, que avaliaram que as mudanças iriam prejudicar as empresas. De acordo com Sabino, as mudanças foram necessárias para evitar um aumento de carga tributária que pudesse prejudicar o setor produtivo. Essa era uma das principais críticas dos empresários e de líderes de partidos da Câmara dos Deputados "Aprimoramos o texto desde que chegou do governo. Pretendemos reduzir a alíquota de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica de 15% para

2,5%, fazendo com que mais de R\$ 98 bilhões fiquem, por ano, já a partir do ano de 2023 disponíveis para os empreendedores."

Site: https://issuu.com/oestadoce/docs/22-07_a7e847f93def27

Reforma tributária tem medidas contrárias ao trabalhador

R7 Planalto

/
Mariana Londres, de Brasília

Alvo de críticas de diversos setores, a **reforma tributária** acena aos trabalhadores ao reajustar a tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física. Pela proposta, mais trabalhadores ficarão isentos do pagamento do IR, sobrando, portanto, mais dinheiro no bolso desses trabalhadores.

A notícia, apesar de positiva, é considerada insuficiente por especialistas já que o reajuste foi considerado mínimo e a tabela não sofre adequação desde 2015. Além disso, o eventual ganho aos trabalhadores com a correção da tabela irá desaparecer com outras medidas propostas pelo relator da reforma, deputado Celso Sabino (PSDB-PA): o fim do incentivo para o vale-alimentação, a impossibilidade de trabalhadores que ganham mais de R\$ 40.000 por ano de adotarem o modelo simplificado no ajuste anual. Além disso, algo que ficou de fora do relatório: a ausência de uma correção dos valores das deduções com dependentes e com educação.

Como um todo, portanto, os trabalhadores têm mais a perder do que a ganhar com o atual desenho da **reforma tributária**, segundo especialistas.

"O reajuste da tabela é insuficiente e tem um efeito irrisório de R\$ 7 por mês para o rendimento de R\$ 2.500. Revogar o benefício fiscal do vale-refeição vai contra o trabalhador porque pode resultar no corte desse benefício, já que vivemos em um cenário de empresas em dificuldade e 14 milhões de desempregados", diz Sarina Manata, assessora jurídica da Fecomércio-SP. A entidade trabalha para reverter alguns pontos do texto.

Já para advogado especialista em Direito Tributário e Econômico e professor de Direito Tributário Gabriel Quintanilha, da FGV (Fundação Getúlio Vargas), a reforma não deve resultar no fim do vale-refeição, mas traz sim prejuízos ao trabalhador e a sociedade como um todo pelo aumento da carga tributária.

"Não acredito que reforma irá acabar com o vale-

refeição, mas há cascas de banana importantes no texto. A desatualização da tabela é de 115% e o reajuste proposto é muito menor do que isso. Por outro lado, o limite para a declaração simplificada vai deixar muitos trabalhadores sem a possibilidade do desconto. Isso é um prejuízo ao trabalhador. Essa reforma não é para o bem de ninguém, é para o mal do País, porque não foi feita a administrativa e os gastos do governo, portanto, não vão cair. Ao contrário de reduzir a carga tributária, a reforma aumenta".

O dinheiro a mais no bolso do trabalhador com a correção da tabela, portanto, além de não repor as perdas com a **inflação** que reduz o poder de compra desde 2015, pode sumir caso seja aprovado o fim da dedução em dobro das despesas realizadas no Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), que inclui vales refeição ou alimentação ou fornecimento de refeição pelas empresas. Com o fim do benefício fiscal, especialistas acreditam que, em momento de crise, as empresas devem simplesmente cortar os benefícios, já que não são obrigatórios pela lei trabalhista.

De acordo com estimativas da Receita, pelo desenho atual da reforma, 5,6 milhões a mais de pessoas ficarão isentas de declarar esse imposto no Brasil, totalizando 16,3 milhões de isentos, com perda de arrecadação estimada em R\$ 13,5 bilhões em 2022.

Simulações

Para compensar essas perdas aos cofres públicos, o relatório propõe o fim de benefícios como o PAT. Com a ajuda de especialistas, fizemos simulações do impacto da tributária, caso o relatório seja aprovado como está, no bolso do trabalhador.

Um trabalhador considerado de classe média brasileira ganha de R\$ 667,87 a R\$ 3.755,76, segundo o Instituto Locomotiva. Escolhemos um valor próximo da média entre esses valores, de R\$ 2.500. Um trabalhador que recebe esse salário hoje paga (ou recolhe) 7,5% de IR (R\$ 44,70 mensais). Com a reforma, ele deixará de pagar esse valor mensal, pois passará a ser isento. Por outro lado pode perder o benefício do vale-refeição, que em geral é de cerca de R\$ 500 (apesar de não haver regra de valor), ou equivalente a uma cesta básica. Caso o trabalhador já não receba vale-refeição, será beneficiado.

Um trabalhador que ganha o dobro disso, com renda de R\$ 5.000 mensais, paga hoje 27,5% de IR (R\$ 505,64 mensais) e passará a pagar 22,5% (R\$ 378,75). Uma diferença de R\$ 126,89 mensais que pode "sumir" caso ele perca o benefício do vale-refeição e tenha que pagar a alimentação do próprio bolso.

Outra mudança pode tirar mais dinheiro do bolso do trabalhador que ganha R\$ 5.000 mensais, e portanto tem renda anual de cerca de R\$ 60.000. Hoje esse trabalhador pode ter o desconto da declaração simplificada no ajuste anual do IR, ideal para quem tem poucas deduções. Com a reforma, apenas trabalhadores que ganham até R\$ 40.000 anuais podem optar pela declaração simplificada deixando o imposto a pagar mais alto ou as deduções mais baixas.

Progressividade

Um problema adicional do texto, apontado por especialistas, é a progressividade apenas para as faixas mais baixas de salário, como explica Ângelo Peccini Neto, advogado especializado em Direito Tributário, Contabilidade, Auditoria e Gestão Tributária do escritório Peccini Neto Advocacia:

"O aumento das alíquotas do IR para quem ganha mais, por exemplo, não foi considerado, mas elas são progressivas para quem ganha menos. Assim, do ponto de vista da estrutura tributária, tanto faz ganhar R\$ 5 mil ou R\$ 5 milhões: o imposto a pagar é o mesmo".

Este cenário, de tributação progressiva entre os mais pobres, tem levado muitos brasileiros de baixa e média rendas a acumularem dívidas com a **Receita Federal** e a acabarem sujeitos a penalidades quase impossíveis de pagar, segundo o especialista. "Não estamos falando daqueles que têm vontade de dolo, de sonegar voluntariamente o erário público - mas sim de cidadãos que, por algum motivo, não foram capazes de arcar com os custos do imposto de renda", observa Peccini.

Médicos

Entre os trabalhadores com renda mais alta, os médicos que atuam como pessoa jurídica também reclamam do texto da tributária. Para Tiago Lázaro, CEO da Mitfokus, que fornece soluções financeiras e tecnológicas para área médica, a proposta deve aumentar a carga tributária para os médicos que têm consultórios e clínicas, atuando portanto como pessoa jurídica.

Ele explica que apesar da proposta reduzir a alíquota de 15% para 10% de IRPJ (Imposto de Renda Pessoa Jurídica), não altera a alíquota da CSLL (Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido) e tributa os dividendos em 20%, distorcendo o fato de que a medida se propõe a simplificar a tributação.

"Em termos gerais, a redução da carga tributária em alíquotas efetivas de uma empresa médica no regime do lucro presumido, com faturamento de 100 mil, ISS de 5%, e considerando que os sócios distribuem 60% da receita, diminuiria 1,6% da carga efetiva, tributando em 15,93% aproximadamente. E considerando a tributação dos dividendos, a carga tributária total (empresa + sócio), aumentaria para 27,93% se esta medida fosse colocada em prática. Desta forma, os médicos seriam duramente impactados com a nova forma de tributação, já que suas retiradas são feitas justamente dos lucros de seus negócios".

Lázaro estima que 85% dos médicos serão impactados, "já que a maioria trabalha como PJ (Pessoa Jurídica) hoje no Brasil".

IRPJ

Apesar das críticas de diversos setores, os especialistas concordam que o texto do relator é melhor em relação ao original em relação aos **impostos** pagos pelas empresas.

"Já melhorou a calibragem, mas ainda consideramos insuficiente pelo aumento da carga tributária para as empresas. A carga sobre o lucro hoje é de 34%. Na proposta original subia para 43,2% e no relatório voltou para 37,2%. Ainda com aumento da carga", concluir Sarina Manata.

Site: <http://noticias.r7.com/prisma/r7-planalto/reforma-tributaria-tem-medidas-contrarias-ao-trabalhador-22072021>

Reforma tributária tem bandeira da esquerda, mas é criticada por PT e PSOL

Antonio Temóteo

A tributação de lucros e dividendos, que faz parte da **reforma tributária** enviada pelo governo ao Congresso, é uma tradicional bandeira dos partidos de esquerda. Mesmo assim, opositores ao governo criticam as mudanças no IR (Imposto de Renda) apresentadas pela equipe econômica. Segundo parlamentares ouvidos pelo UOL , a proposta é benéfica para empresas, com redução de IR, mas não prevê tributação para grandes fortunas, heranças ou alíquotas mais altas para os maiores salários.

Na prática, os ricos continuarão pagando menos **impostos** que os mais pobres, avaliam os parlamentares. Só representantes do PT e do PSOL se manifestaram. Líderes de PSB, PCdoB, PDT e o líder da oposição foram procurados pela reportagem, mas não quiseram falar.

O líder do PT na Câmara dos Deputados, Bohn Gass (RS), declarou que a proposta do governo mantém o conceito da regressividade existente no Brasil, em que os mais ricos pagam menos **impostos** e os mais pobres pagam uma fatia maior de **tributos**.

Segundo ele, o aumento da isenção de IR para trabalhadores com renda mensal de até R\$ 2.500 é insuficiente para reduzir as distorções que existem no Brasil.

Bohn Gass defende a atualização da tabela de IR da pessoa física, com a criação de mais faixas de tributação e alíquotas maiores para os maiores salários.

Atualmente, a maior alíquota é de 27,5% e vale para quem tem rendimento superior a R\$ 4.664,68. Quem tem salários de R\$ 20 mil, R\$ 30 mil ou R\$ 50 mil, por exemplo, paga os mesmos 27,5% de imposto.

O governo quer que as empresas paguem menos **impostos**, e a tributação da pessoa física muda muito pouco. Como consequência, estados e municípios perdem recursos. O governo também quer acabar com isenções. Mesmo que polêmicas, algumas delas são importantes , declarou.

O relatório da **reforma tributária** prevê o fim de incentivos fiscais para setores da indústria

farmacêutica, perfumaria e higiene pessoal; químicos e farmacêuticos e de embarcações e aeronaves. O fim desses incentivos deve encarecer produtos como xampus, escovas de dentes e até remédios .

Além da tributação de dividendos, o deputado Ivan Valente (PSOL-SP) defende a taxa de grandes fortunas e o aumento das alíquotas para heranças e do imposto territorial rural.

Segundo ele, a proposta de **reforma tributária** do governo e o parecer do relator mudam de acordo com as pressões dos mais ricos e do mercado.

Valente declarou que o governo deve acabar com todas as isenções fiscais e voltará a arrecadar mais de R\$ 300 bilhões por ano. Entre elas, estão as isenções para a indústria automotiva, de petróleo e para a indústria química. O parlamentar afirmou que esses benefícios são concedidos apenas para os setores da economia que possuem influência política.

Site:

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/07/22/deputados-oposicao-reforma-tributaria-criticas.htm>

O momento de Guedes sair já passou

ROSANA HESSEL Vera Batista

A confirmação de uma **reforma ministerial** para acomodar melhor o Centrão, incluindo o fatiamento do Ministério da Economia, pouco abalou o mercado financeiro apesar da sinalização de que o superministro Paulo Guedes, está cada vez mais enfraquecido.

Para analistas, o momento do ministro da Economia deixar o governo já passou. A perda de poder neste momento, portanto, não mudará de maneira significativa a conjuntura atual. Atende mais à necessidade de Bolsonaro de se blindar no Congresso Nacional, onde a CPI da Covid avança e se acumulam pedidos de impeachment. A Bolsa de Valores de São Paulo (B3) chegou a zerar ganhos ao longo do dia, mas encerrou em alta de 0,42%, a 125.929 pontos, acompanhando a tendência dos mercados internacionais, que também registraram valorização. Enquanto isso, o dólar recuou 0,75% em relação à véspera, cotado a R\$ 5,19 para a venda.

"Para o mercado, o mais importante foi a acomodação do Centrão do Senado no governo para blindar o Bolsonaro do que uma perda de prestígio do ministro Paulo Guedes", avaliou o economista-chefe do Banco Alfa, Luis Otavio de Souza Leal. Ele lembrou que, para o superministro, a perda do Trabalho "é troca", pois a barganha anterior, durante a votação do Orçamento, seria a indústria e o comércio.

Na avaliação de Eduardo Velho, economista-chefe da JF Trust Gestora de Investimentos, o mercado minimiza a perda de poder de Paulo Guedes e foca na articulação de Bolsonaro com o Centrão para permanecer no poder, apesar dos riscos fiscais que devem aumentar por uma sinalização de uma agenda mais populista. Com o aumento na arrecadação, é esperada uma folga no teto de gastos do ano que vem por conta da **inflação** mais elevada. "O momento para Guedes sair já passou e ocorreu na segunda metade do ano passado, durante a debandada da pasta. Agora, a política econômica não é mais a do ministro. As privatizações não ocorreram como o esperado. Com a pandemia tirando a velocidade das reformas estruturais, o governo vai tentar aumentar alguns gastos aproveitando essa arrecadação maior", avaliou.

Reestruturação interna

Enquanto o presidente Bolsonaro sinalizou a criação do Ministério do Trabalho para acomodar aliados do

Centrão, o ministro da Economia, Paulo Guedes, anunciou, sem especificar, medidas de incentivo ao crescimento de emprego, saúde e renda e a arrecadação de receitas federais sustentáveis "Vem aí o Bolsa Família e outros programas sociais que serão anunciados brevemente (para incentivo do emprego e renda)", destacou. "Teremos, também, uma reestruturação interna que o presidente vai anunciar", contou.

Apesar do tom otimista de Guedes com a "reestruturação interna" em sua pasta, analistas veem com desconfiança a criação da pasta, que estará sob o comando de Onyx Lorenzoni. "O mercado não acredita que o retorno do Ministério do Trabalho vá criar emprego para o trabalhador. Se vai criar emprego vai ser com certeza para os políticos", analisou o economista Cesar Bergo, sócio-investidor da Corretora OpenInvest.

O especialista considera as mudanças insuficientes para reverter o quadro econômico. "Toda aquela proposta de enxugamento do início do governo perdeu o sentido. O que parece é que se começa a chamar políticos para cargos estratégicos para conseguir apoio na aprovação de projetos e na eleição de 2022. E isso acontece em um momento de alta de **inflação** juros. A cada 1 ponto percentual de alta da Selic, a dívida pública aumenta em R\$ 40 bilhões. Não é hora de dar regalos políticos", afirmou Bergo.

Paulo Guedes reafirmou que a economia voltou em V (queda brusca e rápida recuperação), após a pandemia pela covid-19. Disse que a prova do crescimento sustentável foi a alta no pagamento de **impostos** de 80, dos 86 setores da economia, combinado com o aumento das exportações e das importações. "Vamos recuperar os níveis perdidos lá atrás, em 2015. Vamos superar o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**, soma das riquezas do país) de 2015 e também da arrecadação", garantiu Guedes.

Arrecadação milagrosa - ADRIANA FERNANDES

ADRIANA FERNANDES

Arrecadação do governo com **impostos** e contribuições federais tem feito milagres em Brasília. É um dos assuntos mais comentados nas rodas brasilienses e razão apontada a toda hora quando se quer negociar apoio político a uma ou outra medida no Congresso.

Já são R\$ 200 bilhões a mais de receitas projetadas para o ano, como antecipou o próprio ministro Paulo Guedes, pouco depois de o presidente Jair Bolsonaro confirmar que fará uma **reforma ministerial** para reforçar o apoio político no Senado. Em junho, a alta acima da **inflação** chegou a quase 50%.

No estilo Bolsonaro de falar, o presidente contou que estava "até preocupado positivamente" porque a arrecadação subiu "assustadoramente" e iria desbloquear todos os recursos previstos no orçamento dos ministérios.

O anúncio presidencial da **reforma ministerial** veio acompanhado justamente da boa nova do desbloqueio orçamentário.

Não é pura coincidência.

Mas recado mesmo do presidente para o seu público político: olhem, o caixa está cheio!

É com esse cacife econômico na mão que o presidente Bolsonaro passou a contar para conter uma debandada da sua base no Senado, onde a CPI da Covid vem conseguindo minar a sua popularidade entre os antigos apoiadores e alimentar o pedido de impeachment.

Após sucessivas tentativas do Centrão de fatar a Economia, Guedes aceitou sem reclamar a divisão do seu superministério na aposta de que a dupla do Partido Progressistas - o senador Ciro Nogueira (que vai para a Casa Civil) e o presidente da Câmara, Arthur Lira - vai conseguir formar um trincheira em defesa do avanço da votação da agenda econômica, sobretudo, o projeto de reforma do Imposto de Renda e o pacote de estímulo ao emprego.

Se na Câmara as votações de projetos estão andando sob a mão de ferro de Lira, quando eles chegam ao

Senado o clima é outro. O ambiente hostil e a fragilidade política do governo ficam mais escancarados e as perspectivas de avanços na pauta são menores.

Guedes trabalha agora para conter o avanço do Centrão sobre outras áreas do seu ministério. Não quer abrir mão de Planejamento e de Indústria e Comércio Exterior, áreas que estão sendo cobçadas também por outros partidos aliados. Se vai conseguir, são outros quinhentos.

Terá poucos dias para administrar as perdas.

O ministro também se movimenta ainda para manter o seu secretário especial de Previdência e Trabalho, Bruno Bianco, no Ministério do Emprego e Previdência, que será criado para acomodar o ministro Onyx Lorenzoni, como revelou o Estadão.

É o time de Bianco que está desenhando o novo pacote de estímulo de emprego com a criação do Bônus de Inclusão Produtivo (BIP), que tem enfrentado percalços com a resistência do Sistema S em financiar o benefício, como defende a equipe econômica.

O pacote do emprego com o BIP e outros benefícios é um dos principais ativos que o governo quer lançar no ano eleitoral de 2022. Ele pode garantir que jovens de baixa renda e trabalhadores informais recebam um benefício de qualificação profissional de R\$ 550 para incentivar a contratação e mitigar os efeitos do impacto da pandemia da covid-19 no mercado de trabalho. Benefício com dinheiro direto na mão do eleitor em ano de eleição, justamente um dos motivos das resistências ao projeto.

Se Bianco sair, seus principais auxiliares vão com ele e o projeto pode demorar mais tempo até Onyx e seu time de apoio técnico tomarem pé das coisas no novo ministério, principalmente se os projetos não forem convergentes.

Os especialistas na área fiscal vão dizer que a arrecadação mais alta não resolve o problema da restrição do teto de gastos, que dá limite ao crescimento das despesas. Mas, além do teto estar com mais folga no ano que vem, as movimentações dos últimos meses com o lançamento do projeto de

reforma do Imposto de Renda têm mostrado que a estratégia de política fiscal é outra: adotar uma política fiscal expansionista via o lado das receitas com menor tributação, já que o teto cria obstáculos para aumentar os gastos.

Tem muita gente que já entrou nessa onda. Tanto é que o relator da reforma do Imposto de Renda, Celso Sabino, propôs uma desoneração agressiva da tributação das empresas com a aposta de que a arrecadação vai bombar ainda mais com o crescimento acelerado e reduzir o déficit fiscal. Filme, aliás, já conhecido.

Estranho é que muitos economistas do mercado que há pouco falavam em trajetória explosiva da dívida estão, desta vez, em silêncio.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Crescimento das fintechs gera debate sobre regulação

José Fucs

No mundo esotérico das altas finanças, há um código de conduta secular, marcado pela discrição nos negócios e nas relações com o poder, que não é escrito, mas costuma ser seguido à risca pela banca. É raro, raríssimo, ver um banqueiro pontificando fora de seus domínios contra o tratamento que os bancos recebem dos políticos e das autoridades.

Nas últimas semanas, porém, os principais banqueiros do País romperam a tradição e ganharam os holofotes, ao criticar o que consideram como "assimetria regulatória" entre os bancos e as fintechs, como são chamadas as startups que proliferaram no sistema financeiro e conquistaram trincheiras importantes do mercado, com operações totalmente digitais, sem cobrança de tarifas e com atendimento ágil à clientela.

"A arena competitiva mudou drasticamente com as fintechs e pseudo fintechs. Essa competição é saudável, mas é preciso que seja em igualdade de condições", afirmou recentemente Milton Maluhy Filho, presidente do Itaú Unibanco, em evento realizado pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

"Não temos problema com concorrência, desde que seja todo mundo tratado de maneira igual", disse o presidente do Bradesco, Octavio de Lazari Junior, no encontro. "É preciso um marco regulatório que permita a evolução desse processo competitivo, mas em bases mais homogêneas", acrescentou o presidente do Santander, Sergio Rial.

Condições favoráveis. Embora dirigidas às fintechs de forma geral, as queixas dos "bancões" têm como alvo principal meia dúzia de instituições que, segundo eles, conquistaram uma musculatura expressiva, mas continuam a desfrutar dos benefícios reservados aos novos negócios do setor. Isso lhes garante, na avaliação dos grandes bancos, condições mais favoráveis na disputa pela clientela e representa uma espécie de "intervenção estatal" no mercado.

As vantagens das fintechs, de acordo com os gigantes do sistema, incluem a possibilidade de operar sem ter de se constituir formalmente como banco, o que as favorece do ponto de vista tributário e as libera de diversas exigências feitas pelo Banco Central (BC), como o recolhimento compulsório sobre os depósitos,

que se reflete negativamente na oferta de crédito e nos juros. A questão tributária ganhou tal relevância na agenda que foi tema de uma reunião do presidente da Febraban, Isaac Sidney, com o ministro da Economia, Paulo Guedes, e o secretário da **Receita Federal**, José Barroso Tostes Neto, na semana passada, em Brasília.

A proposta da Febraban, segundo informações "vazadas" para a imprensa, é que o governo aproveite a **reforma tributária** para igualar as alíquotas dos **tributos** das fintechs e dos bancos, o que, na prática, deverá representar um aumento significativo de **impostos** para as startups financeiras.

Hoje, elas pagam no máximo 34% de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), enquanto os bancos pagam cerca de 45% e até o fim do ano vão pagar em torno de 50%, conforme decisão recente do Congresso, para compensar o corte de **tributos** sobre o gás de cozinha e o óleo diesel.

Bancários. Além da vantagem tributária e de não precisarem recolher o compulsório, as fintechs têm, de acordo com os bancos, mais liberdade de alocação de capital e gozam de benefícios na área trabalhista. Seus funcionários não são considerados bancários e podem trabalhar oito horas por dia, enquanto os trabalhadores dos bancos se enquadram na categoria e têm jornada de seis horas - as adicionais são pagas como extras (veja o quadro).

Apesar de não mencionarem nomes, os grandes bancos miram em fintechs como Nubank, Stone, Ebanx e Neon, que são autorizadas a operar como instituições de pagamento, mas expandiram os seus tentáculos por diferentes segmentos e hoje integram a seleta lista de unicórnios brasileiros - categoria reservada às startups com valor de mercado superior (ou bem superior, conforme o caso) a US\$ 1 bilhão (R\$ 5,2 bilhões).

Alguns executivos de bancos tradicionais incluem no grupo a XP, o C6 Bank, o ModalMais e o Inter, mas eles já foram autorizados a operar como banco pelo BC ou estão ligados a um banco desde o princípio. Já estão inseridos, portanto, no mesmo ambiente regulatório dos bancões (leia o texto abaixo).

Para os grandes bancos, o exemplo mais emblemático entre as fintechs que se agigantaram, mas não se constituíram como banco e continuariam a se beneficiar da condição de startups, é o Nubank. Estrela maior dos empreendimentos criados após a flexibilização das normas para operação de instituições de pagamento e de crédito, em 2013 e 2018, respectivamente, o Nubank tem, hoje, quase 40 milhões de clientes no País e uma fatia estimada em 8% do mercado de cartões.

Proporcionalidade. No total, o Nubank já recebeu cerca de US\$ 2,2 bilhões (R\$ 11,3 bilhões) em aportes de investidores, segundo a Distrito, empresa de análise e dados de startups. Seu valor de mercado, calculado com base nos investimentos mais recentes, já alcança US\$ 30 bilhões (R\$ 156 bilhões), superando o da XP (US\$ 23 bilhões) e o do Banco do Brasil (US\$ 20,6 bilhões).

Procurado pelo Estadão para comentar as críticas dos bancos às fintechs, o Nubank enviou uma nota por e-mail, com a sua posição sobre a questão. "O Nubank considera fundamental o debate sobre a regulação proporcional do setor", diz a nota, em referência às normas que estabelecem exigências diferentes para as instituições, conforme o porte e o risco que ofereçam.

"Mas vê com atenção a comparação de conglomerados que representam quase 30% do **PIB** do País com instituições de pagamento com ativos que representam menos de 1% do **PIB**." De acordo com a nota, o Nubank "não possui vantagens" sobre os grandes bancos e recebe "um tratamento adequado", que leva em conta a complexidade, o tamanho e os riscos envolvidos na sua operação. "É sobre proporcionalidade que deveríamos falar, e não sobre assimetria." O advogado Bruno Magrani, presidente da Zetta, entidade criada pelo Nubank, pelo Mercado Pago e pelo Google para representar as fintechs e as empresas de tecnologia que oferecem serviços financeiros digitais, bate na mesma tecla. "Os grandes bancos reclamam das regras do compulsório, mas as instituições de pagamento podem usar exatamente zero dos recursos depositados nas contas dos clientes." Na avaliação de Magrani, isso equivale a um compulsório de 100%, porque as instituições de pagamento têm de aplicar todos os dias os saldos existentes nas contas em títulos indexados à Selic, a taxa básica de juro.

Já as sociedades de crédito direto (SCD), segundo ele, não podem alavancar o volume de empréstimos em relação ao capital, como os bancos, e só podem emprestar o capital próprio. As sociedades de empréstimos entre pessoas (SEP), por sua vez, não podem nem usar o capital próprio para a concessão de

empréstimos e têm de atuar apenas como intermediárias entre os investidores e os clientes. Isso tudo limita muito a capacidade das instituições de expandirem as suas carteiras.

'Caminho certo'. Entre as fintechs, porém, a percepção é de que as instituições que se tornarem mais corpulentas serão reenquadradas pelo BC em categorias que têm de cumprir mais exigências para operar, como já prevê a regulação em vigor. "O sucesso das fintechs vai direcioná-las para um ambiente regulatório igual ao dos bancos", diz Jean Sigrist, presidente da Neon, que atua como instituição de pagamento e já recebeu US\$ 426,3 milhões (R\$ 2,2 bilhões) em aportes de investidores.

Em meio à polêmica sobre as obrigações das fintechs, o diretor de Organização do Sistema Financeiro e de Resolução do BC, João Manoel Pinho de Mello, parece adotar um tom conciliador, mas ao mesmo tempo defende a manutenção da regulação escalonada por tamanho das instituições e pelos riscos que representem para o sistema.

"Nós temos, como reguladores, de estar sempre abertos a críticas e se for o caso ajustar a regulamentação", afirmou em entrevista ao Estadão. "A carga regulatória das fintechs é mais baixa, porque elas impõem pouco risco. Agora, se algumas fintechs ficarem grandes, começarem a impor risco, automaticamente a regulação vai subir de nível." Em sua visão, a "temperatura alta" do debate "é um sinal do sucesso" do modelo em vigor.

"Hoje, há mais competição no mercado e serviços melhores e mais baratos, tanto que quem não tinha acesso ao sistema está passando a ter." Como Pinho de Mello, Ilan Goldfajn, presidente do conselho do Credit Suisse no Brasil, ex-comandante do BC e um dos principais responsáveis pela adoção de normas mais flexíveis para as fintechs, defende a ideia de que "não se pode regular os diferentes como iguais". De acordo com Goldfajn, os resultados obtidos com o sistema estão dentro do esperado, em termos de inovação, inclusão financeira e competição. "A sensação é de que, até agora, a coisa está indo no caminho certo." Ele sugere que, além de fazer a avaliação de tamanho pelo capital, o BC considere também se a instituição se tornou muito complexa, com operações interligadas, para reenquadrar as fintechs.

"A gente pode redefinir um pouco o que é arriscado e colocar umas duas ou três instituições em outra caixinha."

I Sinal amarelo

"Se algumas fintechs ficarem grandes, começarem a impor risco, automaticamente a regulação vai subir de nível." João Manoel Pinho de Mello DIRETOR DO BANCO CENTRAL

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Precisamos combater a corrupção

JEFFERSON KIYOHARA

Vivemos um momento de polarização e disputas no Brasil. E precisamos de bandeiras e pontos de interesse comum para fazer o Brasil progredir. Um desses pontos deveria ser o combate à corrupção. Precisamos que as escolas, as faculdades, as empresas, as ONGs e a mídia em geral expliquem para todos o que é a corrupção, quais os seus impactos e porque é algo tão ruim e deveria ser uma preocupação de todos. O Brasil não pode aceitar que a luta contra a corrupção regreda ou achar normal ter péssimas posições no índice de Percepção da Corrupção da Transparência Internacional ou mesmo ser monitorado pela ODCE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), como anunciado recentemente.

Fugindo da visão mais técnica, entenda que a corrupção é algo ruim e desleal, que rouba algo de você sem usar a violência física, com o uso de revólver ou faca. Fazendo uma analogia, imagina que você tenha um parente internado, com falta de ar no hospital e vem um sujeito e pega o cilindro de oxigênio usado pelo seu parente e leva embora. Você ia deixar? Acredito que não. Então, por que aceitar que está tudo bem o corrupto levar vantagem para favorecer alguém, ter compra superfaturada ou comprar itens sem necessidade para ser jogado fora? Na prática, ele também está levando embora o oxigênio que o seu parente precisava. E pode ser também a vaga na UTI, o remédio, a ambulância.

E não é só a saúde que o corrupto leva embora. O mesmo vale na educação, pois a corrupção deixa as escolas sucateadas, tira verba dos professores, faz ser insuficiente os materiais de limpeza e empobrece a merenda das crianças. Leva também empregos. Para gerar empregos é preciso ter investimentos, por exemplo, por meio da abertura de uma nova empresa, da ampliação de uma linha de produção ou do lançamento de um novo serviço. Vale lembrar: quem tem dinheiro

tipicamente busca aumentar os seus ganhos e reduzir os seus riscos. Já a corrupção reduz ganhos e aumenta os riscos, gera incerteza e segurança, que levam ao desemprego.

Além de enganar o cidadão, o corrupto ainda busca convencer você que o problema não é ele e sim quem tenta atrapalhá-lo. Ataca o Ministério Público, a polícia, os juízes e a imprensa, ou seja, todos que têm um

importante papel no combate ao crime. Não caia nessa enganação. A reportagem investigativa, por exemplo, serve para criticar e tornar público o que está de errado. Você pode não gostar da notícia e ter suas fontes de preferência, mas ter a pluralidade e a imprensa livre é fundamental para o debate, para a democracia e para uma boa gestão pública.

Há ainda os que atacam os juízes pela decisão tomada, mas não se atentam ao que diz a lei que embasou a decisão. As leis precisam facilitar que o corrupto seja preso e devolva o dinheiro desviado. Precisamos eleger deputados e senadores para isto, acompanhá-los e cobrá-los para as medidas cabíveis aconteçam. É desanimador ver como historicamente é difícil combater a corrupção no Brasil, punir os responsáveis e recuperar o dinheiro desviado. Precisamos evoluir.

Não devemos esperar que alguém resolva o problema da corrupção. Somos todos parte da solução. Escolha os políticos e os partidos de sua preferência e não acredite na versão de que são todos corruptos ou que isso é algo normal e faz parte do processo. Busque utilizar o seu voto de forma consciente e crítica, elegendo quem você acredita que seja trabalhador, honesto e que tenha valores alinhados como os seus. Não dependa apenas da Lei da ficha limpa ou da decisão de um juiz. Analise qual o histórico do seu candidato, sua reputação e realizações. Se ele já teve mandato anterior, veja o uso que fez das verbas públicas, se contratou parentes e amigos, como se posicionou frente a denúncias, investigações e

no combate à corrupção, se foi transparente, franco na relação com a imprensa ou se preferiu criar distrações e falsos inimigos a serem combatidos.

Não defenda o corrupto, não eleja um corrupto. Você aceitaria que alguém pegasse o dinheiro da sua carteira, da sua conta no banco, da sua poupança e gastasse com viagens de avião enquanto você está num ônibus apertado ou mesmo ele comendo lagosta enquanto na sua casa não tem carne porque está cara ou ele jogando no cassino e as crianças sem material na escola? É isto o que o corrupto faz, ele usa e desperdiça o seu dinheiro, para benefício dele. Há ainda os políticos corruptos que fingem ser bonzinhos e fazem promessas ou dão pequenos agrados, mas não mostram que a maior parte do seu dinheiro ficou com ele. Lembre-se de que as ações de qualquer governo dependem de recursos que vêm dos **impostos** que você paga.

Precisamos evoluir e para isso é fundamental fortalecer a transparência e os órgãos de controle no âmbito público, como o Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) e os Tribunais de Contas. Temos que ter leis mais adequadas e recursos para o Ministério Público, a Polícia e demais órgãos realizarem o seu trabalho para que os responsáveis sejam julgados e, de fato, punidos. Os processos e controles de licitações públicas e gestão de projetos e obras precisam evoluir e dificultar o favorecimento de terceiros usando verbas públicas. As situações de conflito de interesses devem ser eliminadas, como decidir o próprio salário, por exemplo. A porta de entrada na carreira pública deve ser o concurso público, reduzindo ao máximo os cargos obtidos via indicação. Precisamos combater de verdade a corrupção!

Diretor de Compliance Sustentabilidade na ICTS
Protiviti. Jefferson.kiyohara@protiviti.com.br

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impreso/edicao-de-22-07-2021/>

Compliance tributário

EDUARDO TARDELLI

A questão tributária no Brasil faz qualquer empreendedor perder o sono e não é para menos: O Brasil tem o sistema tributário mais complexo do mundo, de acordo com um estudo feito em 2019 pelo extinto Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), órgão ligado ao também extinto Ministério da Fazenda.

Os prejuízos no caixa e na reputação da empresa oriundos de erros na hora de calcular e pagar os **tributos** são imensos, por isso que toda medida que tenha como objetivo otimizar os processos e garantir que as obrigações sejam cumpridas são sempre bem vistas, tanto por quem executa, o empresário e sua equipe de colaboradores, como por quem vê isso de fora, possíveis investidores, por exemplo.

Algumas empresas ainda acham que investir em compliance tributário pode ser um desperdício de dinheiro, mas te garanto que as perdas oriundas do não pagamento adequado dos **tributos** é muito maior. Ou seja, compliance tributário é um investimento que te impede de perder dinheiro e reputação lá na frente.

Assim como todos os outros tipos de compliance, são um conjunto de normas que querem garantir que as regras sejam cumpridas - neste caso, o que precisa ser cumprido é a legislação, simples assim. Ainda de acordo com os dados do IBPT, 27% das grandes empresas no Brasil sonegam **impostos** e o número salta para 65% quando se trata de pequenas empresas.

Para a implementação de um programa de compliance tributário, o primeiro passo é analisar e identificar os principais problemas que sua empresa tem relacionados a legislações fiscais: é na hora de emitir as notas fiscais? De declarar **impostos**? Por mais difícil e chato seja listar e analisar todos os problemas que a empresa tem relacionado a isso, só essa medida será capaz de apresentar as reais dimensões dos problemas enfrentados por vocês - portanto, a solução também virá daí.

Tendo uma visão panorâmica de todas as dores enfrentadas, é possível criar uma estratégia para a solução dos problemas. Neste ponto, é importante focar na resolução de maneira objetiva: o que vai mudar, como vai mudar, se vai precisar adquirir uma nova tecnologia, contratar novos profissionais, qual o cronograma para que essa mudança aconteça e por

último, mas não menos importante: como o progresso e, conseqüentemente, os resultados serão medidos. Só é possível avaliar o sucesso, ou não, de uma nova prática no meio corporativo quando se é possível mensurar.

Depois que a implementação estiver feita, vem uma das partes mais negligenciadas: continuar atento às mudanças na legislação brasileiras e ficar de olho nas novidades, principalmente tecnológicas, que vão te ajudar cada vez mais a ir para frente tanto com as medidas de compliance, quanto no seu negócio como um todo.

Conseguiu entender que compliance tributário é um investimento e não um custo?

* CEO da upLexis. etardelli@aplexis.com.br

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impresso/edicao-de-22-07-2021/>

Chame o Centrão - NAS ENTRELINHAS

POR LUIZ CARLOS AZEDO

Pressionado por uma conjuntura desfavorável - **inflação** em alta, desemprego em massa, denúncias de corrupção no governo, desgaste político por causa do número de mortos por covid-19 e crescimento dos protestos de rua contra o governo -, o presidente Jair Bolsonaro decidiu reestruturar seu estado-maior e convidou para assumir a chefia da Casa Civil o senador Ciro Nogueira (PI), presidente do PP, o principal partido do Centrão. O cacique do Centrão ocupará o lugar do general Luiz Ramos, que será transferido para a Secretaria-Geral da Presidência. Bolsonaro teme perder a maioria no Senado, onde a CPI da Covid devassa a atuação do governo no combate à pandemia do novo coronavírus.

Nogueira está entre os camaleões do Congresso, mantendo-se sempre na base dos governos, qualquer governo. No mesmo dia em que Bolsonaro anunciou que pretende mexer na sua equipe, circulou na internet um vídeo no qual o senador piauiense faz os maiores elogios ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e chama Bolsonaro de fascista. Entretanto, em 2018, aliou-se a Bolsonaro e, desde então, trabalha intensamente para que o presidente da República se filie ao PP e concorra à reeleição pela legenda. O Progressistas é hoje um dos principais partidos do Congresso, com sete senadores e 44 deputados federais, entre os quais o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

Pelas atribuições da pasta, Nogueira será o ministro mais poderoso do governo. São responsabilidades da Casa Civil coordenar e integrar as ações governamentais, analisar os projetos em tramitação no Congresso, monitorar e avaliar a atuação dos demais ministros, coordenar as políticas públicas do governo e formular projetos. Sua função mais importante, porém, será mesmo rearticular a base política do governo no Congresso e costurar alianças para a reeleição, com a ajuda do Diário Oficial, obviamente. Com a colaboração de Flávia Arruda (PL-DF), ministra da Secretaria de Governo, que faz a articulação política com a Câmara, Nogueira terá que reestruturar a atuação do Executivo no Senado, onde o atual líder do governo, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), está enfraquecido e enfrenta forte oposição de alguns caciques do MDB, entre os quais o relator da CPI da Covid, senador Renan Calheiros (AL), e o líder da bancada, senador Eduardo Braga (AM).

A mudança na Casa Civil foi precipitada pela

necessidade de aprovação pelo Senado do nome de André Mendonça, ministro-chefe da Advocacia-Geral da União (AGU), para a vaga do ministro Marco Aurélio Mello no Supremo Tribunal Federal (STF); outro que também depende de aprovação dos senadores é o procurador-geral da República, Augusto Aras, que está sendo reconduzido ao cargo por Bolsonaro. Com a popularidade do presidente da República em baixa e a atuação da CPI da Covid com ampla aprovação da opinião pública, Bolsonaro resolveu reforçar seu dispositivo parlamentar. Ainda mais porque não considera o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), confiável, sobretudo depois de o presidente do PSD, Gilberto Kassab, ter anunciado a intenção de lançar a candidatura do senador mineiro à Presidência em 2022.

Consolação

Defenestrado pela segunda vez da Casa Civil, Onyx Lorenzoni (DEM-RS) deve ganhar um novo cargo na Esplanada, a ser criado por Bolsonaro, com a reestruturação do Ministério da Economia. Lorenzoni é um dos responsáveis pela desastrosa atuação do governo na CPI da Covid, ao lado do coronel "faca ensanguentada" Élcio Franco, ex-secretário-executivo do Ministério da Saúde, agora todo enrolado no caso da tentativa de compra de vacinas supostamente superfaturadas.

Docemente constrangido, o ministro Paulo Guedes anunciou o desmembramento das atividades de seu ministério ligadas à geração de emprego e renda e à Previdência. Livrou-se do seu maior abacaxi, depois da **inflação**: as altas taxas de desemprego no país. O anúncio da recriação do Ministério do Trabalho e Previdência, com o deputado gaúcho à frente, ocorre às vésperas de manifestações contra Bolsonaro, convocadas pelas centrais sindicais e outras organizações, inclusive partidos de oposição, para o próximo sábado, dia 24. Lorenzoni é um bolsonarista-raiz, com pouco jogo de cintura para lidar com sindicalistas e neófito na área de geração de trabalho e renda.

Bolsonaro sancionaria fundo de R\$ 3 bilhões

INGRID SOARESISRAEL MEDEIROS

O presidente Jair Bolsonaro afirmou, ontem, que se o fundo eleitoral tivesse sido enviado no valor de R\$ 3 bilhões, ele seria obrigado a sancionar. "O que a lei manda fazer - a cada dois anos tem esse fundo novo, né? - Que ele seja corrigido na base da inflação dos últimos dois anos. Então, se tivesse chegado o fundo, que seria na ordem de quase R\$ 3 bilhões, eu seria obrigado a sancionar", disse o presidente, em entrevista à Jovem Pan de Itapetininga. Esse valor ainda é bem superior ao montante de recursos destinados à eleição de 2018. Em valores reajustados, o fundo chegaria a R\$ 2,2 bilhões.

Bolsonaro repetiu que vetará a medida, mas que a palavra final caberá ao Congresso. "Da minha parte, vou fazer o que a minha consciência manda fazer. Fica na mão do parlamento vetar ou não", destacou. O substitutivo aprovado pelo Congresso junto à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e enviado para sanção do mandatário versa sobre um aumento de R\$ 2 bilhões para R\$ 5,7 bilhões. Nos bastidores, há uma negociação para se chegar a um valor intermediário.

Bolsonaro reclamou que, caso o veto presidencial seja derrubado pelo Congresso, partidos como PT e PSL receberão cerca de R\$ 600 milhões. Ele considera esse valor injusto. "O fundo, da forma como foi apresentado, muito além do que seria, aí eu passo a ter uma liberdade para sancionar ou vetar. Agora, pegar R\$ 6 bilhões para parlamentares com critério do presidente do partido gastar em campanha, fica complicado. Caso o veto seja derrubado e depois confirmado no Orçamento lá na frente, o PT vai ter, além do fundo normal, R\$ 600 milhões para fazer campanha. O PSL, meu ex-partido, também na ordem de R\$ 600 mi. Isso não é justo", acrescentou.

O cientista político Adriano Oliveira, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), acredita que o impasse do fundo eleitoral será resolvido com um acordo entre o Planalto e Congresso. Bolsonaro veta, mas o Congresso derruba o veto, chegando a um valor que cause o menor desgaste possível na opinião pública. Oliveira defende, no entanto, que é hora de repensar o modelo atual de financiamento de campanhas com dinheiro público. "Em um país com tanta carência, vamos financiar eleições? Temos que acabar com essa hipocrisia. Temos que aproveitar esse momento de pandemia, com otimização de recursos públicos, e retomar a discussão sobre financiamento empresarial. Não vejo problemas nisso",

afirma.

Paulo Baía, cientista político e sociólogo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), também acredita que Bolsonaro agirá alinhado com o Congresso, mas atento às consequências eleitorais. "Ele vai vetar combinando com o Congresso. Se vetar, fica bem com a parte da população, que é contrária ao aumento, e joga a responsabilidade para o Congresso".

Baía observa que as campanhas eleitorais costumam caro e que, com a proibição do financiamento via pessoas jurídicas, é impossível fazer campanhas sem financiamento público. "O fundo eleitoral visa garantir uma representatividade social do parlamentar. Senão, só milionário será eleito. Daí a justificativa do fundo público. Essa não é uma invenção brasileira", concluiu.

Desemprego deve continuar alto apesar de retomada da atividade, dizem economistas

Paula Soprana

O crescimento econômico no Brasil após a crise sanitária de 2020 deve se sustentar no curto prazo, mas seu desempenho dependerá diretamente da geração de emprego, da pressão inflacionária, do risco fiscal e da manutenção das reformas, avaliaram economistas nesta quarta-feira (21) em webinar da Folha e do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas.

Após o **PIB** (Produto Interno Bruto) favorável do primeiro trimestre, que zerou as perdas da pandemia, a perspectiva se mantém otimista, com previsão de crescimento próximo a 5% no ano, segundo Silvia Matos, pesquisadora do Ibre/FGV.

Para a economista, o desemprego impede uma projeção mais otimista para o desempenho econômico. A ampliação do Bolsa Família, prometida pelo governo Jair Bolsonaro (sem partido), não será suficiente para compensar as perdas do mercado de trabalho na crise de Covid-19.

"A taxa de desemprego deve ficar ainda alta, apesar de a gente observar uma melhora neste ano e no ano que vem. A geração de emprego ainda é um desafio porque muitas pessoas ficaram de fora do mercado de trabalho", afirma.

O risco fiscal aparece como mais um obstáculo diante do limite imposto pelo teto de gastos e da necessidade de aumento da despesa pública para a recuperação. Esse desafio não se limita ao Brasil e vem atrelado ao risco de **inflação**, um fator que dificulta em especial a retomada dos países emergentes, avaliam os economistas.

Um cenário de **inflação** preocupa mais do que um de baixo crescimento, afirma José Márcio Camargo, professor da PUC-Rio e economista-chefe da Genial Investimentos. Ele diz que a alta dos preços era óbvia, apesar de não foi antecipada por economistas, e que deve perdurar.

Parte da pressão inflacionária é atribuída às políticas fiscais de transferência de renda adotadas nos países, como o auxílio emergencial no Brasil. Com a paralisação da atividade econômica no segundo trimestre do ano passado e a consequente onda de

demissões e falências, governos estimularam a economia com transferência de renda, impulsionando o consumo.

"A demanda volta rápido. O problema é que as empresas têm que refazer o processo produtivo, recontratar os trabalhadores, buscar novas fontes de matéria-prima, novos fornecedores, e isso demora. Parte da pressão inflacionária é essa e ainda vai durar", diz Camargo.

Lívio Ribeiro, pesquisador associado do Ibre/FGV, afirma que o choque de **inflação** vem em ondas, começando pelo segmento de alimentos e terminando no setor de serviços, que começa a ser impactado. Os mais pobres são os que mais sentiram o aumento de preços, dado o peso de comida e energia em sua cesta de consumo.

Para o economista, o mundo pós-Covid vai exigir programas de transferência de renda para os mais pobres. Com capacidade de fazer políticas fiscais robustas, os países ricos devem se recuperar com rapidez superior aos emergentes, que devem crescer mais rápido do que os países pobres.

"O choque na queda foi sincronizado entre economias globais. Todo mundo caiu junto. O início da volta foi meio sincronizado, com a China na frente, mas com o passar do tempo, começa a haver uma diferenciação ligada à capacidade de apoio fiscal e de controle sanitário", afirma Ribeiro.

Outro ponto destacado pelos economistas no debate foi a necessidade de manutenção da agenda de reformas.

Para Silvia Matos, da FGV, o governo federal está enfraquecido em meio à polarização política e não deveria propor novas reformas nesse momento.

Ribeiro, também da FGV, diz estar cético sobre a capacidade de a gestão atual completar as reformas propostas -tributária e administrativa. "A gente não precisa chegar ao fim do processo agora, mas colocar a bola em campo é importante."

Camargo afirmou que "qualquer hora é hora de fazer reforma". "Você passa décadas sem que nada aconteça. Começamos a discutir reformas da

Previdência e trabalhista na década de 1990. Nada acontecia e de repente em cinco anos temos um conjunto de reformas que eram discutidas há décadas", afirmou, referindo-se ao período iniciado após o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff (PT).

O economista diz que as reformas são sintomas concretos de que o Brasil está voltando a se tornar atraente ao investidor. Ele elogia, principalmente, o teto de gastos, que em sua avaliação começou a mudar a cultura orçamentária do país.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=495>

96

Riscos e incertezas nos próximos meses - CELSO MING

CELSO MING

Até esta altura do ano, boa parte das novidades na economia foi positiva. Compare: O **PIB** de 2021 avançará em torno dos 5,5%, bem mais do que os 3 e pouco por cento com que contavam os analistas em janeiro (veja o gráfico). Depois de muitos anos, o rombo das contas externas (déficit em Conta Corrente) deverá ser revertido graças ao excelente desempenho da Balança Comercial (exportações menos importações), e essa é a principal razão pela qual as cotações do dólar no câmbio interno deslizaram dos R\$ 5,87 atingidos em março para os R\$ 5,25 em que estão hoje.

A vacinação mais rápida parece estar contendo a pandemia, embora nesse campo ainda prevaleçam sérias dúvidas.

O "fique em casa" vai sendo deixado para trás e a atividade econômica vem sendo retomada, especialmente na área de serviços.

Também, pode-se contar com certa melhora (embora temporária) das contas públicas, em consequência do bom avanço do **PIB** e da arremetida dos preços sobre os quais incide grande parte da tributação.

Mas nem tudo é positivo. A **inflação** surpreendeu até mesmo o Banco Central, que chegou atrasado para combatê-la. Ela não se contém apenas às consequências da alta das commodities, a mesma que ajudou a expandir as exportações brasileiras. Atingiu os produtos industriais, especialmente nos setores mais afetados pela desorganização das cadeias internacionais de produção e distribuição. E, agora, ameaça o setor de serviços. Embora acabe por ultrapassar o teto da meta (5,25%, em 2021), ficará em torno dos 6,5%, magnitude que dificilmente será largamente ultrapassada.

(Veja o gráfico.) Para enfrentar essa estocada dos preços, o Banco Central teve de puxar pelos juros básicos (Selic), hoje nos 4,25% ao ano e que devem fechar 2021 em torno dos 6,5%.

Esses são os parâmetros macroeconômicos que deverão manter-se neste resto de ano - a menos que sejam atacados por ameaças que não podem ser descartadas. Convém identificá-las.

A primeira delas é o de nova onda de covid-19, especialmente provocada pela variante Delta do coronavírus. Ainda não está claro se as vacinas darão conta de manter imunizada a população. Na Europa e nos Estados Unidos, essas incertezas estão atemorizando as autoridades sanitárias e até mesmo o mercado financeiro, como se viu no início desta semana. Se essa nova onda prevalecer, será inevitável o retorno das medidas de proteção mais restritivas, como o isolamento social e novas limitações ao funcionamento de locais públicos.

A crise hídrica já começou a cobrar no Brasil seu preço em perdas de produção agrícola e alta das tarifas de energia elétrica. Por enquanto, não se fala em racionamento de energia elétrica. Mas essa providência pode vir a ser necessária, com impacto inevitável sobre a atividade econômica.

A outra ameaça é o avanço dos juros no mercado internacional. A **inflação** está crescendo (nos Estados Unidos, em junho, chegou a 5,4% em termos anuais). Por enquanto, os grandes bancos centrais seguem comprando títulos e, assim, despejando dinheiro nos mercados, mas dia virá em que esse movimento terá de ser revertido, momento em que os juros, hoje ao redor de zero por cento, começarão a subir. Esse processo poderá ter início ainda no primeiro trimestre de 2022. Antes disso, o mercado financeiro poderá passar por forte movimento de corrida aos portos seguros tradicionais (como dólar e ouro), sumiço do crédito e mais dificuldades dos países emergentes para rolar seus passivos em moeda estrangeira.

E há os riscos que envolvem a questão eleitoral. É possível que, a partir do quarto trimestre deste ano, outros tipos de tensão coloquem em risco o desempenho da economia. São questões sobre se a disputa será entre apenas dois candidatos polarizados ou se caberá uma terceira via; sobre o que seria a orientação da política econômica sob um novo governo, especialmente no que diz respeito à política fiscal, às reformas e aos projetos de privatização; sobre que alianças seriam formadas e o que, a partir daí, seria a sustentação política dos dirigentes.

Infelizmente, sobre o desfecho dessas incertezas pouco se pode avançar.

É esperar para ver.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Golpistas usam Plano Collor em nova fraude

Fernando Bianchi

O Tribunal de Contas da União (TCU) emitiu alerta para um novo golpe financeiro que utiliza o nome do órgão para prometer compensações financeiras referentes ao Plano Collor, medida que foi usada para estabilizar a inflação a partir do ano de 1990.

Segundo informou o tribunal, na dinâmica do golpe, estelionatários se passam por servidores do órgão e informam às vítimas que elas têm valores a receber decorrentes de perdas financeiras.

Como condição para que a vítima receba o dinheiro, o criminoso exige um depósito bancário, antecipado, em conta bancária apontada por ele.

O TCU informou que recebeu denúncias de que os criminosos têm feito contatos via telefone, e que o golpe está direcionado especialmente a servidores aposentados, mas que toda a sociedade deve estar atenta.

"O tribunal esclarece que, em hipótese alguma, entra em contato direto com cidadãos exigindo depósitos bancários. Boa parte das ocorrências de golpe tem sido contra servidores aposentados, que parecem ser as vítimas preferidas dos criminosos", informou o comunicado do TCU.

O especialista em Segurança Digital Eduardo Pinheiro alertou que é preciso desconfiar sempre de ofertas que parecem tentadoras demais. Ele destacou que entre os alvos preferidos dos criminosos estão os aposentados.

"As pessoas precisam desconfiar de tudo. Ao receber propostas tentadoras, devem procurar os canais oficiais como o respectivo órgão ou sindicatos para checar a veracidade da informação", afirmou o especialista.

Não é a primeira vez que o TCU alerta sobre tentativas de golpe usando o nome do tribunal. Em 2019, o órgão também emitiu um alerta acerca da mesma dinâmica de fraude, usando a prerrogativa do Plano Collor.

De acordo com o presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados no Espírito Santo (Sindnapi), Jânio Araújo, as tentativas de golpe contra os aposentados aumentaram durante a pandemia.

Segundo a Polícia Civil, por se tratar de um órgão da

União, golpes envolvendo a alcunha TCU devem ser apurados pela Polícia Federal Já PF não se manifestou.

Segundo FPM de julho será de r\$ 905 milhões

Por Agência Brasil

A segunda parcela do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) de julho será de R\$ 905.059.741,26. A transferência representa 20% do total mensal, considera o período entre os dias 1º e 10 e entrou nos cofres municipais na terça-feira (20).

Ano passado, o repasse somou R\$ 713 milhões, pouco menos do que valor atual com a retenção do Fundo Nacional da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) - R\$ 724.047.793,01.

Segundo levantamento da Confederação Nacional de Municípios (CNM), este decêndio de julho será positivo em 26,79%, mas, considerando a **inflação**, o crescimento reduz para 18,6%. Ao somar a primeira e a segunda transferência, o FPM do sétimo mês do ano soma R\$ 5,6 bilhões contra R\$ 4 bilhões de 2020.

O mês está 38,80% melhor ou, considerando a **inflação**, 29,25% maior. Até o momento, em todos os meses, o fundo foi superior e já repassou mais de R\$ 77 bilhões aos Entes municipais. Por mês, o crescimento menos expressivo ocorreu em fevereiro, apenas 4,13%.

Site: <https://d.gazetadealagoas.com.br/educacao-digital/Page?editionId=4516>

O menor dos males (3)

Em geral, o trabalhador brasileiro está mais pobre. Não se fala aqui dos milhões de desempregados na rua da amargura, abandonados ao Deus dará. Mas de profissionais com carteira assinada, privilegiados. Num contexto de informalidade nas alturas e carestia de oportunidades, o reajuste minguado é, dos males, o menor. De todo modo, convém atentar para a diminuição do poder de compra do trabalhador.

No andar da carruagem, com a diminuição da renda média e a retração do consumo, a economia não deslancha tão cedo. Há quem veja o futuro com entusiasmo delirante, a exemplo do ministro Paulo Guedes. Mas, para tanto, é preciso fechar os olhos, ignorar os dados colhidos aqui e agora, no tempo presente.

Acordos trabalhistas de reajustes salariais ficaram igual ou abaixo da **inflação** entre junho de 2020 e junho de 2021. Os dados foram levantados pela pesquisa Salariômetro e foram divulgados hoje pela Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas). No mês passado, o reajuste mediano foi de 0.6 pontos enquanto a **inflação** acumulado do período foi de 8,9%, segundo dados do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor).

Ontem, o presidente Bolsonaro anunciou a (re) criação do Ministério do Trabalho, extinto no início de seu mandato, a fim de acomodar os aliados do Centrão - numa relação de fisiologismo escancarado. Não há garantia, contudo, de que trabalhadores e aposentados sejam beneficiados de algum modo pela caneta Bic do presidente. O mais provável é que somente o baixo clero da Câmara tenha braços para se pendurar no pomposo cabide de empregos.

Mãe de Ciro assumirá vaga

Com a ida do senador Ciro Nogueira (PP-PI) para o comando da Casa Civil, a vaga dele na Casa ficará em família. Eliane Nogueira, mãe do parlamentar, é sua primeira-suplente e deve ocupar o posto com o afastamento do titular para integrar a equipe ministerial.

Aos 72 anos, Eliane não tem trajetória política e estreará como parlamentar quando o movimento político de **reforma ministerial** for sacramentado pelo presidente Jair Bolsonaro.

Ciro Nogueira é titular na CPI da Covid. No entanto, a mãe dele não deve assumir o posto automaticamente. Nesse caso, quem pode ficar com a vaga é Jader Barbalho (MDB-PA), primeiro suplente do bloco formado por MDB, PP e Republicanos.

O bloco pode indicar um novo nome, ou o de Eliane Nogueira. Se confirmada a indicação de Jader Barbalho, o governo perderia um de seus aliados na comissão.

É prática comum entre os senadores indicarem parentes para ocupar suas suplências. Assim, se forem nomeados para cargos como de ministro de Estado ou de secretário, ou se decidirem disputar uma eleição para o Executivo, por exemplo, preservam a vaga no Senado com algum parente de extrema confiança.

Outros três senadores também têm parentes como suplentes. Chico Rodrigues (DEM-RR), conhecido por ter sido flagrado, durante operação da Polícia Federal contra desvios na Saúde, com R\$ 33 mil escondidos na cueca, tem o filho Pedro Rodrigues como suplente. Por sua vez, o senador Davi Alcolumbre (DEM-AP), ex-presidente da Casa, tem o irmão Josiel como suplente. Já a substituta imediata de Eduardo Braga (MDB-AM) seria a mulher dele, Sandra Braga.

Um projeto do senador Fabiano Contarato (Rede-ES) veda a presença de parentes como suplentes de senadores, mas a proposta ainda tramita na Casa.

Se a mãe de Ciro Nogueira não quiser assumir a vaga, o segundo-suplente é o ex-prefeito de Picos Gil Paraibano, esse, sim, um político veterano.